

MPF MANTÉM INVESTIGAÇÃO SOBRE EX-DIRETORES DO PORTO DE SANTOS

Procurador aguarda diligências da Polícia Federal para ampliar a apuração de possíveis desvios de verbas públicas e fraudes em licitações

Por Matheus Müller



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.126688:1604795204/O-procurador-da-Republica-Thiago-Lacerda-Nobre-fala-na-audiencia-publica.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=eca190c&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.126688:1604795204/O-procurador-da-Republica-Thiago-Lacerda-Nobre-fala-na-audiencia-publica.jpg?f=2x1&pf=eca190c&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

“Apenas é possível dizer que existem diversos fatos e contratos sob análise”, afirma Thiago Nobre (Cleia Viana/Câmara dos Deputados)

O Ministério Público Federal (MPF) continua com as investigações sobre ex-diretores e exfuncionários da Autoridade Portuária de Santos (APS, atual denominação da Codesp). E aguarda novas diligências da Polícia Federal (PF) para ampliar a apuração de possíveis desvios de verbas públicas e fraudes em licitações, procedimento iniciado em 2018, quando foi deflagrada a Operação Tritão, que ocasionou, entre outras, a prisão do ex-diretor-presidente Alex Botelho Oliva, solto após pagar fiança.

Em entrevista a A Tribuna, o procurador da República Thiago Lacerda Nobre, responsável pela operação, reforçou a manutenção das ações do órgão. “As investigações ainda estão em andamento. Ainda existem diligências pendentes de cumprimento pela Polícia Federal. Milhares de documentos já foram produzidos e estão ainda sob análise.

Em 29 de outubro, o MPF denunciou quatro ex-diretores (Oliva é um deles) e dois exfuncionários após acusações de um desvio de R\$ 1,2 milhão à empresa de informática Domain Consultores Associados. Além da Operação Tritão, em novembro do ano passado foi lançada a Operação Círculo Vicioso, que mira um prejuízo superior a R\$ 100 milhões.

Nobre explica que o inquérito foi devolvido à Polícia Federal para apuração de mais informações. “Entretanto, outros fatos (como o presente caso), cuja apuração já foi suficiente, podem ser objeto de análise do MPF para a adoção das providências cabíveis (no caso, oferecimento de denúncia). As diligências ali apontadas estão em fase de cumprimento pela Polícia Federal”.

O procurador diz que as denúncias representam acusações formuladas pelo MPF e que estas serão analisadas pelo juiz. Caso sejam aceitas, vão virar um processo penal. “No curso do processo penal, as partes poderão apresentar suas razões e justificativas, exercendo sua ampla defesa. Também podem ser produzidas novas provas pedidas pelas partes. Após, ocorre a sentença (absolve ou condena os réus) e recurso das partes ao TRF (Tribunal Regional Federal)”.

Após as denúncias apresentadas pelo MPF, A Tribuna procurou os advogados de defesa dos ex-executivos, que demonstraram surpresa com a notícia. Eles alegaram que não tiveram acesso ao documento que aponta o suposto desvio de verba pública – R\$ 1,2 milhão para a Domain.

Sobre essa surpresa das partes denunciadas, Nobre destaca que todos foram ouvidos e tiveram acesso ao inquérito policial, que apurou os fatos e serve de base para a denúncia.

“A denúncia está baseada em fatos e documentos a que as defesas já tinham acesso. Entretanto, pela norma processual penal, após a denúncia é que as defesas dos acusados podem se manifestar no processo. Aliás, as partes podem ter acesso ao processo imediatamente, pedindo acesso à Justiça Federal”.

O Caso

Segundo o MPF, a Domain alegou falsamente ter sofrido com variações cambiais, em 2016, ao adquirir produto importado para a então Codesp (hoje, Autoridade Portuária de Santos). E passou a exigir pagamentos da Docas para balancear os supostos prejuízos. Mas análise do TCU apontou que não houve desvalorização cambial justificando os repasses e nem a empresa de informática comprovou a aquisição de equipamentos ou a aplicação de taxas sobre as compras usadas para calcular o suposto prejuízo.

Os integrantes da diretoria executiva que foram denunciados são José Alex Botelho Oliva, ex-diretor-presidente da Codesp; Francisco José Adriano, ex-diretor de Administração e Finanças; Celino Ferreira da Fonseca, ex-diretor de Operações Logísticas; e Cleveland Sampaio Lofrano, ex-diretor de Relações com o Mercado e Comunidade. Segundo a Procuradoria, o grupo foi responsável pela aprovação do pagamento indevido.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 08/11/2020

CAMPANHA PRÓ-TÚNEL REALIZA BLITZ EM SANTOS NESTE SÁBADO

A campanha, apoiada por cerca de 30 empresas, defende a inclusão do projeto do túnel Santos-Guarujá no projeto de desestatização da Autoridade Portuária de Santos (APS)

Da Redação



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.126618:1604757041/Vou-de-Tunnel.png?f=2x1&\\$p\\$f=065390e&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.126618:1604757041/Vou-de-Tunnel.png?f=2x1&pf=065390e&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

A campanha, apoiada por cerca de 30 empresas, defende a inclusão do projeto do túnel Santos-Guarujá (Foto: Divulgação/Vou de Túnel)

Uma blitz da campanha Vou de Túnel, que tem por objetivo apresentar as vantagens do túnel como ligação seca entre as duas margens do Porto de Santos, acontece neste sábado (7), das 10 às 14 horas, no Mercado do Peixe, na Ponta da Praia, em Santos. Segundo a organização, a intenção é dialogar com a população e apresentar o projeto como uma opção melhor do que a ponte proposta pelo Estado.

A campanha, apoiada por cerca de 30 empresas, defende a inclusão do projeto do túnel Santos-Guarujá no projeto de desestatização da Autoridade Portuária de Santos (APS) ou viabilizá-lo a partir de uma Parceria Público-Privada.

A ação é liderada pelo ex-presidente da Autoridade Portuária de Santos Casemiro Tércio Carvalho e o consultor portuário Eduardo Lustoza. Eles estarão à frente da blitz, que terá distribuição de máscara e informações sobre a ligação por túnel.

O projeto do túnel prevê que a travessia entre Santos e Guarujá seja feita em cinco minutos. O trajeto proposto tem 1,7 quilômetro e três faixas de rolagem em cada sentido. A ideia é garantir acesso para ciclistas, pedestres e, ainda, contar com uma via exclusiva para o VLT, reduzindo o tempo de deslocamento com o transporte público. Esta última etapa dependeria de outro investimento.

Quando era presidente-diretor da Codesp, Tércio promoveu uma revisão do projeto do túnel que havia sido elaborado anos antes pelo Governo do Estado. Com redução de 95% das desapropriações necessárias para sua implantação (tanto em Santos como em Guarujá) e outras alterações, o valor necessário para a obra caiu de R\$3,8 bilhões para R\$ 2,5 bilhões, segundo a organização do movimento.

Campanha

A campanha Vou de Túnel foi lançada no final de setembro e conta com mais de 3 mil assinaturas em petição online disponível no site do movimento

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 07/11/2020

TCU RECEBE ESTUDOS PARA LICITAÇÃO DE TERMINAIS NO PORTO DE SANTOS

Instalações localizadas na Alemoa vão ter investimentos de R\$ 1,2 bilhão

Da Redação



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.78325:1576616718/Pier-da-Alemoa-Porto-de-Santos.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=d5dc36d&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.78325:1576616718/Pier-da-Alemoa-Porto-de-Santos.jpg?f=2x1&pf=d5dc36d&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Instalações vão ter investimentos de R\$ 1,2 bilhão (Foto: Luigi Bongiovanni/AT)

O processo para a realização da maior licitação de terminais portuários na história recente do Brasil avançou ontem, quando os estudos para o arrendamento das áreas STS08 e STS08A, no Porto de Santos, foram protocolados pelo Ministério da Infraestrutura (Minfra) no Tribunal de Contas da União (TCU).

As duas áreas estão localizadas na região da Alemoa, em Santos, sendo ocupadas atualmente pelo terminal local da Transpetro (empresa da Petrobras que cuida da distribuição de sua produção). As instalações que serão implantadas ali também vão movimentar graneis líquidos combustíveis.

Com o arrendamento, segundo planejamento do Ministério, STS08 e STS08A devem receber um investimento total de R\$ 1,2 bilhão, o que levou o Governo a considerar a maior licitação de terminais dos últimos 15 anos. Os futuros concessionários poderão administrar as unidades por 25 anos.

A aprovação pelo TCU é a última etapa antes da publicação do edital de concessão, o que deve acontecer no primeiro trimestre de 2021. O leilão das duas áreas está previsto para ocorrer no segundo trimestre.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, demonstra otimismo quanto à disputa. “A licitação dessa área será um grande marco, pois se trata do maior leilão da história do setor portuário em termos de investimentos. Os ativos tem atratividade para o investidor, que vem demonstrando grande interesse nas áreas”, afirma. “Nossa preocupação é garantir a ampliação da infraestrutura de logística para assegurar o aumento da capacidade de operação”, destaca.

Segundo nota do Minfra, a capacidade para movimentação de graneis líquidos no Porto de Santos é deficitária. A ampliação é necessária para atender ao crescimento da demanda.

O projeto dos dois terminais prevê o aumento da capacidade das instalações implantadas no local e sua modernização, além da construção de dois berços no Terminal de Graneis Líquidos da Alemoa (Tegla), píer onde atracam os navios que movimentam líquidos na região. Com essas intervenções, a capacidade de armazenamento dos terminais vai passar das atuais 7,3 milhões para 10,8 milhões de toneladas.

Ficha técnica

A área STS08 tem 137,3 mil metros quadrados, enquanto a STS08A, 305,6 mil metros quadrados, totalizando 443 mil metros quadrados.

Segundo o Ministério da Infraestrutura, os dois lotes “atuam como reguladores do estoque da produção de derivados da Petrobras”, realizando serviços como a transferência e o recebimento de produtos de embarcações, o abastecimento de óleo bunker (combustível naval) nas

embarcações atracadas no Porto de Santos, o embarque dos produtos das refinarias e o envio de GLP para as empresas distribuidoras localizadas nas regiões Sudeste e Centro Oeste.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 07/11/2020

SECRETÁRIA ESPECIAL DO PPI VISITA PORTO DE SANTOS

A visita técnica da secretária do Programa de Parcerias de Investimentos, Martha Seillier, ocorreu nesta quinta-feira (5)

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.126444:1604681526/O-diretor-da-APS-Marcelo-Ribeiro-se-reuniu-com-Martha-e-Ana-Luiza-Visita-Porto-de-Santos.png?f=2x1&\\$p\\$f=97520db&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.126444:1604681526/O-diretor-da-APS-Marcelo-Ribeiro-se-reuniu-com-Martha-e-Ana-Luiza-Visita-Porto-de-Santos.png?f=2x1&pf=97520db&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

O diretor da APS Marcelo Ribeiro se reuniu com Martha e Ana Luiza (Foto: Divulgação)

A secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier, realizou uma visita técnica ao Porto de Santos nesta quinta-feira (5). A agenda na região ainda incluiu reuniões com a diretoria da Autoridade Portuária de Santos (APS).

Acompanhada pela diretora de Programa da Secretaria de Parcerias em Transportes, Ana Luiza Salles, Martha veio à Santos para conhecer o principal complexo marítimo do País e suas instalações. O governo pretende arrendar novos terminais da região no próximo ano e, em 2022, privatizar a própria APS.

Criada pela Presidência da República em 2016, o PPI busca ampliar a interação entre o Estado e a iniciativa privada, por meio de parcerias e privatizações.

“O Porto de Santos surpreende pela diversidade das suas operações, pelos números de movimentação e pelas oportunidades. Já tivemos leilão de terminais em 2020, teremos os dois maiores leilões de terminais de combustíveis no ano que vem e muitas outras oportunidades para qualificação no PPI, para além da desestatização do Porto que já está com estudos contratados”, disse Martha.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 07/11/2020

INCÊNDIO ATINGE ESTEIRA DE TERMINAL DO PORTO E TRABALHADOR FICA FERIDO

Incêndio teve início por volta das 12h. Vítima foi socorrida e levada para a Santa Casa de Santos

Por ATribuna.com.br



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.126454:1604682592/Incendio-atinge-esteira-de-terminal-do-Porto-e-trabalhador-fica-ferido.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=4c50ba0&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.126454:1604682592/Incendio-atinge-esteira-de-terminal-do-Porto-e-trabalhador-fica-ferido.JPG?f=2x1&pf=4c50ba0&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Trabalhador sofreu queimaduras de 1º grau e precisou ser levado para a Santa Casa (Foto: Alexander Ferraz/AT)

Um incêndio atingiu o terminal de uma empresa na área portuária de Santos, nesta sexta-feira. Segundo informações de Corpo de Bombeiros, um trabalhador teve queimaduras e precisou ser socorrido.

ATribuna.com.br apurou que o incêndio iniciou por volta das 12h na sede da Moinho Paulista, localizada no bairro Paquetá, em Santos. Segundo os bombeiros, o incêndio ocorreu em uma esteira que realiza o transporte de cargas para navios.

Cinco viaturas se deslocaram para atender a ocorrência. O fogo foi extinto por volta das 12h30.

Em decorrência da ocorrência, o prédio precisou ser evacuado. Segundo a corporação, um trabalhador teve queimaduras de 1º grau e precisou ser encaminhado até a Santa Casa de Santos. Um segundo funcionário precisou receber atendimento, mas passa bem.

Os bombeiros, agora, aguardam um técnico da empresa para vistoriar o maquinário, a fim de avaliar o equipamento e saber as causas do incêndio.

A Santos Port Authority (SPA), autoridade do Porto de Santos, informou que houve um princípio de incêndio nas instalações de uma empresa fora da área do Porto Organizado.

Além do Corpo de Bombeiros, foi solicitado apoio da brigada de incêndio da Guarda Portuária. As chamas foram controladas após cerca de uma hora, com auxílio dos bombeiros.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 06/11/2020



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ REALIZA HOJE (9) A PARTIR DAS 12H SUA 489ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA, VIA SEI

Reunião será virtual, via SEI e terá a duração de 48h

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ realiza hoje (9) a 489ª Reunião Ordinária de Diretoria (ROD), que será virtual via SEI, no período das 12h de 09 de novembro às 12h de 11 de novembro.

Reuniões virtuais

Nesta modalidade de reunião cada diretor se manifestará de forma eletrônica nos prazos e horários estabelecidos no Calendário de Reuniões. Após a finalização do prazo para manifestação, o resultado das deliberações poderá ser consultado no link abaixo: <http://portal.antaq.gov.br/index.php/resultado-das-reunioes-virtuais-da-diretoria-colegiada/>

Clique **aqui** para acessar a pauta da 489ª Reunião Ordinária de Diretoria da ANTAQ.

<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/489%C2%AA-ROD-Nova-10-11.pdf>

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 09/11/2020



Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

IMPACTO DA ELEIÇÃO AMERICANA NA ECONOMIA BRASILEIRA

Assessoria de Comunicação

O discurso do presidente Donald Trump, na noite de quinta-feira passada, tumultuou o mercado financeiro e o reflexo foi sentido nesta sexta-feira, com a queda das bolsas norte-americanas e intensa movimentação no mercado brasileiro. O clima de instabilidade aumentou a oscilação das bolsas de valores e a cotação do dólar mundo afora. “A fala de Trump afeta diretamente a economia mundial e isso reflete no Brasil. O discurso de ontem, baseado em denúncias sem qualquer comprovação, levou três grandes canais de televisão a interromperem a transmissão. Isso, somado à judicialização da eleição, teve reflexo direto na movimentação nas bolsas e no mercado financeiro”, explica o gestor de riscos Yuri Utida.



https://portogente.com.br/images/Yuri_Utida.jpg

Yuri Utida Yuri Utida é gestor de riscos financeiros especializado em neurociência e comportamento. Crédito: Divulgação.

No final da manhã, no entanto, a virada de Joe Biden na Pensilvânia e o desenho mais nítido de uma vitória democrata amenizaram as incertezas. “Quando o cenário fica mais definido, o mercado sabe como deve se comportar e isso reduz as oscilações e pavimenta o caminho para a retomada dos investimentos. No Brasil, a Ibovespa e as ações já reagiram”, acrescenta Utida.

O especialista afirma que a vitória democrata que se desenha no horizonte pode trazer benefícios para o Brasil. “Um perfil mais equilibrado como o de Biden deixa muita gente otimista e esse é o justamente caminho mais rápido para a retomada dos investimentos”, completa.

Diferente do governo Trump, o democrata já deu indicativos de que vai pressionar o governo brasileiro com a questão ambiental. “Isso pode afetar diretamente a forma como o agronegócio é tratado aqui no Brasil, certamente esse setor será impactado pela provável eleição do democrata, mas ainda é cedo para definir como acontecerá”, diz o gestor.

Em outra frente, é esperado que um governo Biden permita ao governo norte-americano ter uma relação melhor com a China. “Essa proximidade maior, caso ocorra, pode abrir o mercado também para o Brasil, que tende a acompanhar a movimentação dos Estados Unidos e isso é extremamente positivo para a nossa economia”, finaliza o especialista.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 09/11/2020

FGV TRANSPORTES PROMOVE EVENTO SOBRE TECNOLOGIA 5G

Assessoria de Comunicação

A FGV Transportes promove no próximo dia 12 de novembro, das 10h30 às 12h, um webinar cujo objetivo é explorar toda potencialidade da tecnologia 5G nos transportes, logística e mobilidade urbana.



https://portogente.com.br/images/5G_webinar.jpg
5G webinar

Nesses setores, o 5G proporcionará muita evolução tecnológica, com resultados que causarão significativos impactos positivos na movimentação de cargas e de pessoas. As cadeias logísticas ganharão velocidade, maior segurança e melhor performance em suas operações.

>> Inscrições - <https://evento.fgv.br/tecnologia5G>
<https://evento.fgv.br/tecnologia5g/>

Para os especialistas, a vida nas cidades se tornará mais fácil, dentro das premissas das cidades inteligentes (Smart Cities), com a implantação do 5G nos semáforos, placas de ruas e ao longo de

avenidas e estradas, para que seja possível a conexão com os veículos por meio de inteligência artificial.

Dessa forma, os carros, ônibus e caminhões autônomos, elétricos e compartilhados serão uma realidade, assim como a comunicação entre todos os veículos, que permitirá o controle de velocidades, ciclos semaforicos, mudanças de rotas, economia de energia e redução de congestionamentos.

Segundo pesquisadores, o conceito da mobilidade como serviço (Mobility as a Service - MaaS) mudará as cidades em poucas décadas, com redução considerável do número de veículos em circulação, maior inteligência nas formas de deslocamentos e melhor gerenciamento e monitoramento do trânsito e do transporte.

Para explorar e dar um panorama sobre o tema, a palestra on line terá a participação do diretor-executivo do Movimento Brasil Digital, Vitor Cavalcanti; e da vice-presidente de Assuntos Corporativos da Ericsson para o Cone Sul da América Latina, Georgia Sbrana. O moderador será o diretor da FGV Transportes, Marcus Quintella.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 09/11/2020

UM PROJETO BILIONÁRIO SEM FUTURO NO PORTO DE SANTOS

Editor Portogente

Um projeto é eficaz caso se fundamente na realidade e naquilo que é. Se isso não se der, ele deve ser descartado.

Ao que parece, o Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), Diogo Piloni, ao anunciar “o maior leilão de arrendamento portuário dos últimos 20 anos”, desconhece a realidade debatida no Webinar Semanal do Portogente (WSP) Condomínio Alemoa um risco ao Porto de Santos. Nos arrendamentos das áreas STS 08 e STS 08A na Alemoa, no Porto de Santos, a mobilidade urbana, área de acesso ao porto e rota de fuga precisam ser melhor entendidas e tratadas, tanto no âmbito do porto quanto da cidade em seu entorno. Falta visão do conjunto.



https://portogente.com.br/images/Dad_09NOV2020.jpg

Foi nessa região que, em março de 2015, ocorreu o maior incêndio da história portuária do País. Nela, estão estocados produtos de alto risco à população da cidade portuária, sem um planejamento que evite a catástrofe, que nunca se sabe quando pode

acontecer. Portanto, a intensificação do movimento nesse espaço exige regramento e obras de acessibilidade, que garantam eficiência logística ao porto e a segurança de todos.

A afirmação do secretário, desse projeto ter sido “feito a várias mãos”, não assegura a excelência necessária para conciliá-lo com a logística do mais movimentado porto do Hemisfério Sul e com a vida num território de 40 km² densamente povoado. Entre a teoria e a prática existem detalhes essenciais na estruturação de um projeto. À vista disso, a novel Autoridade Portuária, que mal conhece as dependências da própria empresa, carece discernir melhor o processo do porto local.

Concebido como puxadinho do futuro porto desestatizado – a ser modelado por um consórcio recém contratado -, esse projeto expõe perigosamente a população. Ao colapsar o acesso ao porto, limita a sua produtividade e compromete o seu futuro. Estas questões foram abordadas no Webinar Perspectivas de Evolução do Porto de Santos. Enfim, qual a proposta logística desse projeto para o Porto de Santos do futuro, debatido com as comunidades portuária e local?

Ante tanta insegurança, Portogente vai promover um webinar na busca de luz destinada a clarear o entendimento dessa apresentação sem significação. Serão também convidados para compor a sala o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União (TCU). Os conceitos de produtividade, sustentabilidade, governança e risco de conformidade nortearão o debate.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 09/11/2020

SANTOS BRASIL E ESTIVA DE SANTOS, UM CASO DOS PORTOS DO BRASIL

Redação Portogente

A produtividade logística é incompatível com os conflitos no porto

Impossível qualquer tentativa de buscar produtividade eficaz nos portos brasileiros, enquanto neles perdurar um sistema de interesses conflitantes, como é a relação dos Terminais Privativos (TUPs) e os Públicos. É o que mostra a análise da sentença em 2º grau do Tribunal Regional do Trabalho que julgou anteontem, 5, a questão em benefício do Sindicato dos Estivadores de Santos, S. Vicente, Guarujá e Cubatão (reclamante) e da qual faz parte a operadora portuária Santos Brasil (reclamada).



https://portogente.com.br/images/600_Dad_07_NOV2020.jpg

Crédito: Portogente.

OGMO. Sem exceção, a poligonal tem que abranger os cais que utilizam o canal do porto.

Está posta a concorrência imperfeita, que contraria o princípio basilar da produtividade portuária e gera ineficiência sistêmica. Uma situação casuística que invalida qualquer tentativa de posicionar os portos brasileiros entre os melhores do mundo. Trata-se de uma resultante do conceito mais primitivo de lobby. Sem reverter essa anomalia, será em vão qualquer proposta de reforma efetiva dos portos, através de uma estratégia competitiva.

Assim como a guilhotina não é remédio eficaz para a dor de cabeça, também a desorganização do trabalho portuário não é a solução para as crises entre terminais portuários. Esta questão deve ser tratada à luz do processo de inovação tecnológica e da mão de obra especializada. O principal atributo do porto é ser gerador de trabalho, para o desenvolvimento. A intencionalidade estranha é a situação atual dos TUPs.

Os webinars do Portogente estão colocando luz e ar nas questões fulcrais na relação da logística e o processo de gerar valor para o cliente. Decerto, clarear o entendimento, promove ações. Independentemente do resultado da eleição presidencial, o que se assiste nos EUA é um novo tempo. A nova era digital.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 07/11/2020

ISTOÉ **Dinheiro**

ISTOÉ - DINHEIRO

REINO UNIDO CRIA ESCRITÓRIO DE INVESTIMENTO PARA ATRAIR ESTRANGEIRO

Cada vez mais preparado para a independência com a saída da União Europeia (UE) no processo do Brexit, o governo do Reino Unido anunciou nesta segunda-feira a criação de um escritório de investimentos para aumentar a entrada de recursos estrangeiros no país. Dentro do pacote, anunciou também a intenção de emitir títulos verdes soberanos em 2021, área vista pela City como uma das cartas na manga para depois do divórcio.

De acordo com o Ministério de Comércio Internacional, o investimento estrangeiro direto (IED) desempenha um papel crucial nos planos do governo para a recuperação econômica, aumentando a produtividade, fomentando a inovação e criando empregos.

Dados da Pasta revelam que, no acumulado de 2019 e 2020 até agora, mais de 39 mil postos de trabalho foram criados na Inglaterra graças a projetos de IED, com mais de 26 mil fora de Londres, quase 3 mil na Escócia, mais de 2,5 mil no País de Gales e 2 mil na Irlanda do Norte.

Esses recursos também teriam gerado 10.224 empregos no setor de software e serviços de informática, 4.750 empregos no de alimentos e bebidas, 5.109 em eletrônica e comunicações, 2.225 vagas de engenharia avançada e cadeia de abastecimento, 3.212 no setor automotivo e 1.522 no aeroespacial nesses dois anos até agora.

O anúncio do Office for Investment foi feito pelo primeiro-ministro Boris Johnson e é uma resposta à movimentação que ocorre no mundo. “À medida que a competição global se intensifica, uma abordagem mais estruturada apoiará melhor os investidores existentes e os investimentos em campos de alto valor e alto impacto. Por sua vez, isso ajudará a maximizar o papel positivo que o investimento desempenha na economia do Reino Unido”, trouxe o comunicado do governo.

Um dos papéis do Escritório de Investimento será o de procurar resolver as barreiras potenciais para o desembarque desses investimentos, incluindo restrições regulatórias e questões de planejamento. A transformação operacional foi projetada para garantir que o Reino Unido seja o destino mais atraente do mundo para investir.

“Agora é a hora de ser ousado e ambicioso na forma como negociamos com parceiros em todo o mundo”, avaliou a ministra de Comércio Internacional, Liz Truss. “Se quisermos superar essa pandemia, precisamos redirecionar e redobrar nossos esforços para atrair investimento estrangeiro, o que aumentará a produtividade, o crescimento econômico em todo o país, impulsionará nossas exportações e melhorará nosso ambiente de pesquisa e desenvolvimento”, acrescentou o ministro do Investimento, Gerry Grimstone.

Finanças verdes

Uma das ênfases dada por Grimstone diz respeito às finanças verdes. Mais cedo, o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) registrou que o ministro das Finanças britânico, Rishi Sunak, anunciou o lançamento de títulos soberanos verdes ou “green Gilts” a partir do ano que vem. “O título soberano verde do governo reforçará a posição do Reino Unido como líder global em finanças sustentáveis antes de sediar a COP-26 e a cúpula do G7 e apoiará a recuperação econômica à medida que o país atravessa a atual pandemia”, apoiaram o Impact Investing Institute, o Green Finance Institute e o LSE Grantham Research Institute, por meio de nota.

Segundo as entidades, esses títulos verdes são uma resposta “fantástica” à crescente demanda dos investidores por investimentos que ajudem a garantir um futuro zero carbono. “Aplaudimos o governo por dar este passo importante, que cumpre os planos para avançar em direção a uma economia resiliente e com zero de carbono líquido, que trará uma série de benefícios sociais positivos, como a criação de empregos de colarinho verde, habilidades e revitalização regional.”

Em outubro, as entidades apresentaram a proposta de emissões verdes a Downing Street num processo que contou com o apoio de 40 empresários e investidores de ativos, representando organizações com ativos sob gestão de mais de 10 trilhões de libras e grupos representativos de negócios, como a Bolsa de Valores de Londres, a Confederação da Indústria Britânica (CBI, na sigla em inglês), a Pensão da Igreja da Inglaterra e o Fundo de Pensão da Agência Ambiental.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 09/11/2020

PETRÓLEO FECHA EM FORTE ALTA COM PERSPECTIVAS PARA VACINA DA PFIZER

Os contratos futuros de petróleo fecharam em fortes altas nesta segunda-feira, 9, impulsionados pelo otimismo do mercado para a recuperação na economia, após a divulgação da eficácia da vacina da Pfizer em conjunto com a Biotech contra a covid-19, nos resultados preliminares. Ao longo da sessão, a euforia diminuiu, assim como para outros ativos, mas ainda houve importantes avanços nos preços.

O petróleo WTI para dezembro fechou em alta de 8,41%, em US\$ 40,29 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex). O Brent para janeiro subiu 7,48%, a US\$ 42,40 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

Com a divulgação de que o imunizante da Pfizer teve eficácia de mais de 90%, a alta durante a sessão ficou próxima a 10% para WTI e Brent, com o primeiro chegando a ultrapassar essa marca simbólica. Ao longo do dia, assim como para vários outros ativos de risco, a euforia foi contida, e os ganhos diminuíram. A notícia dominou os mercados, ofuscando os desdobramentos da eleição de Joe Biden nos Estados Unidos.

O ING projeta que o petróleo passe por um movimento de acentuada alta, com a recuperação da demanda. No entanto, o banco indica que ainda há perguntas sem respostas a respeito do imunizante, como a logística por trás da vacinação em massa de toda a população mundial.

“Todas essas questões ajudarão a determinar quando a economia global pode retornar a algo mais próximo do normal. Em nossas últimas previsões, presumimos que pode não ser até meados do final de 2021 para o crescimento retornar de forma consistente para muitas economias”, avalia o ING.

Pelo lado da cautela para com a recuperação da demanda, a renovação de medidas restritivas na Europa para conter o aumento de casos de covid-19 pode refletir negativamente. A Reuters, citando um funcionário da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), divulgou que esta é a perspectiva da organização, que irá publicar na quinta-feira sua próxima análise do mercado de petróleo.

A perspectiva é a mesma da Fitch, em relatório nesta segunda-feira. A agência, porém, não espera quedas tão acentuadas como as que o mundo observou entre abril e maio.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 09/11/2020

ESTUDO MOSTRA AUMENTO DA COMPRA EM SUPERMERCADOS PELA INTERNET DURANTE PANDEMIA

Um estudo elaborado pela empresa de benefícios Ticket mostra que houve um aumento da compra de itens de supermercados pela internet durante os meses de isolamento social por conta da pandemia de covid-19. A companhia fez um levantamento com 12 mil usuários do Ticket Alimentação em todo o País, e mais da metade destas pessoas passaram a fazer compras em mercados pelos canais digitais.

Ainda segundo a empresa, há um bom potencial de crescimento para as compras de itens básicos pela internet. Isso porque dos usuários ouvidos pela pesquisa, 66% afirmam que fazem compras online de maneira geral, mas somente 34% fazem isso em supermercados.

“A mudança na dinâmica do trabalho, com a introdução do home office pelas empresas durante o período de isolamento social, trouxe impactos imediatos à rotina de compras dos trabalhadores também nos aspectos relacionados à sua alimentação e nutrição”, afirma Felipe Gomes, diretor-geral da Ticket.

E o hábito de fazer compras em supermercados online não deve ser deixado de lado pela grande maioria das pessoas que o adotaram. Dos usuários ouvidos pela Ticket, 10% afirmam que não pretendem manter este tipo de compra pelas vias digitais. Por outro lado, 52% garantem que vão continuar comprando em supermercados pela internet.

Entre as pessoas que mudaram a forma de adquirir alimentos em mercados por conta da pandemia, 48% disseram ter aderido às compras online e 27% aumentaram a frequência de consumo por vias digitais.

Quando questionados sobre fatores que favorecem esse hábito, as promoções são o principal fator, apontadas por 50% dos entrevistados. No sentido contrário, o custo do frete, os preços mais altos e a necessidade de desenvolver mais confiança na qualidade dos produtos comercializados pela internet são os aspectos principais para aqueles que disseram manter ou preferir a realização das compras presencialmente.

Em outro levantamento realizado pela Ticket, com os estabelecimentos comerciais, foi identificado que 44% dos comerciantes registraram um aumento nos pagamentos com benefícios durante a pandemia. Ainda de acordo com os dados levantados pela empresa, para que fosse possível manter as atividades, 89% dos donos admitiram a adoção de novas estratégias de vendas.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 09/11/2020

PORTARIA AMPLIA NÚMERO DE LOCALIDADES ESTRATÉGICAS PARA AUDITORES AGROPECUÁRIOS

O Ministério da Economia publicou nesta segunda-feira a Portaria 371/2020, que amplia de 27 para 160 o número de cidades consideradas “localidades estratégicas”. O texto determina que os fiscais federais agropecuários atuantes nesses municípios sejam contemplados com a indenização de Fronteiras, conforme prevê a Lei 12.855/13.

Por meio das redes sociais, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, comemorou o texto, que considera como uma “boa notícia” para os profissionais que trabalham em regiões de fronteira.

Ela afirmou ainda que a pasta trabalhou muito “para atender a reivindicação dos fiscais e corrigir algumas falhas na antiga portaria”, que era de 2017. “Valorização dos nossos #AFFAs”, completou a ministra em referência aos Auditores Fiscais Federais Agropecuários.

Os 160 municípios listados na atualização prevista pela portaria estão localizados em 13 Estados de diferentes regiões brasileiras que fazem fronteira com países vizinhos.

Com o total de 25, o Rio Grande do Sul tem o maior número de municípios listados. Em segundo, aparece o Pará, com 22. O terceiro, com 21, é Mato Grosso.

O restante está dividido entre os seguintes Estados: Acre (9), Amazonas (8), Amapá (3), Maranhão (5), Mato Grosso do Sul (14), Paraná (18), Rondônia (14), Roraima (3), Santa Catarina (14) e Tocantins (4).

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 09/11/2020



EXTRA ONLINE

DISPARADA DO COMÉRCIO ELETRÔNICO FAZ MAGAZINE LUIZA LUCRAR 70% MAIS NO 3º TRI

Por Aluisio Alves

SÃO PAULO (Reuters) - De carona na explosão do comércio eletrônico deflagrada pela pandemia da Covid-19, a varejista Magazine Luiza viu seu lucro ter forte alta no terceiro trimestre, apoiada também na reabertura de lojas físicas e na diluição de custos.

A companhia anunciou nesta segunda-feira que seu lucro líquido ajustado de julho a setembro atingiu 215,9 milhões de reais, um salto de 69,6% sobre um ano antes.

O salto de 148% ano a ano das vendas digitais da companhia, a 8,2 bilhões de reais, fez o canal responder por dois terços das vendas, um avanço de 18 pontos percentuais.

A companhia avalia ter tido ainda um ganho de 5,4 pontos percentuais ano a ano em sua área de atuação, refletindo entre outros fatores a integração de vendas online e lojas físicas, o que ganhou tração com a reabertura de pontos físicos, diante da flexibilização do quarentena adotada para conter a pandemia.

Segundo o presidente-executivo da companhia, Frederico Trajano, o Magazine Luiza se beneficiou também da integração de startups adquiridas nos últimos meses, o que ajudou a ampliar a base de vendedores terceiros no marketplace da varejista, ditando também ganhos de margem dado que as despesas cresceram em menor velocidade do que as receitas.

No trimestre, a receita líquida do grupo somou 8,3 bilhões de reais, alta de 70,8% ano a ano. Enquanto isso, a despesa operacional subiu 52,7%, a 1,68 bilhão de reais, passando a representar 20,3% da receita, ante 22,7% um ano antes.

"Com a integração das startups que compramos, temos possibilidade de diluir custos ainda mais", disse Trajano.

Nos últimos meses, o Magazine Luiza comprou seis startups que prestam serviços desde logística a educação para negócios, num esforço para expandir e melhorar a base de vendedores no marketplace, que era de 40 mil no fim de setembro.

O resultado operacional medido pelo lucro antes de impostos, juros, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado avançou 41%, a 561,2 milhões de reais.

Um ponto que destoou do conjunto positivo do balanço foi a queda da margem Ebitda, de 8,2% para 6,8%, refletindo maiores gastos com melhoria do nível do serviço.

Segundo Trajano, com o crescimento do comércio eletrônico muito acima do previsto, alguns níveis de qualidade do serviço diminuíram, e a empresa percebeu que isso poderia se agravar com a volta das atividades das lojas físicas.

"Por isso, ampliamos rotas de viagens de veículos e contratamos mais gente", disse o executivo, referindo-se a um aumento de 3 mil funcionários no período.

No trimestre, o Magazine Luiza retomou o funcionamento integral de todas suas cerca de 1,1 mil lojas e abriu mais 81 unidades, entre lojas convencionais, quiosques e lojas virtuais.

Segundo Trajano, as datas de vendas no final do ano, incluindo Black Friday e Natal, devem ajudar a manter o ritmo de vendas do terceiro trimestre, com apoio ainda de fatores como o auxílio emergencial do governo.

"Para 2021, gostaríamos que o auxílio fosse mantido, mas acho que de todo modo teremos crescimento das nossas lojas físicas, porque a base de comparação com este ano será boa."

Fonte : Extra Online

Data : 09/11/2020

PETROBRAS BUSCA CLIENTES NA ÍNDIA EM MEIO A EXPORTAÇÕES EM ALTA

Por Sabrina Valle e Gram Slattery

RIO DE JANEIRO (Reuters) - A Petrobras está investindo em um novo mercado para seu petróleo diante da perspectiva de aumento da produção e de suas exportações: a Índia.

Em entrevista durante o Reuters Commodity Trading Summit, o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, disse que as vendas de petróleo para a China --principal mercado para as exportações brasileiras-- devem continuar a crescer à medida que aumenta a produção do campo gigante de Búzios, no pré-sal.

Mas a divisão que cuida de comercialização e logística da Petrobras, que passou por reestruturação recentemente, tem buscado ativamente novos mercados, particularmente na Ásia.

A empresa começou a exportar petróleo para a Índia, ainda de forma tímida. E pretende ter o país asiático como um fornecedor relevante, de forma a minimizar a dependência da China para suas exportações.

"Nós esperamos uma evolução positiva em um futuro próximo, em três anos aproximadamente ter uma posição consolidada no mercado (indiano)."

A companhia também está ampliando as exportações de combustíveis para Cingapura. O país, que atua como um centro de embarques, aumentou as compras de combustível de baixo teor de enxofre da Petrobras para atender à nova legislação marítima, que visa reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

A produção do enorme campo de Búzios está aumentando o excedente de petróleo do Brasil, o que permitiu que a Petrobras elevasse sua meta de produção de 2020 em 5% nas últimas semanas.

A petroleira também se prepara para enfrentar maior competição interna, à medida que busca vender refinarias para pôr fim ao seu quase monopólio na produção de combustível no Brasil.

"Para poder enfrentar uma competição mais forte, estabelecemos uma divisão de logísticas, vendas e comercialização... para atuar como uma vendedora ativa, não uma vendedora passiva", disse o CEO.

Apesar de ter atingido recentemente a posição de terceiro maior fornecedor de petróleo da China, à frente dos Estados Unidos, o Brasil ainda é um vendedor relativamente pequeno para o país asiático se comparado à Rússia e à Arábia Saudita, disse Castello Branco --mas não por falta de apetite.

A China poderia absorver todo o petróleo que o Brasil tem para oferecer e ela costuma pagar um prêmio pelo tipo de petróleo do campo de Tupi, afirmou o executivo.

Em abril, a Petrobras atingiu a marca histórica de 1 milhão de barris por dia em petróleo enviado para a China, após uma forte queda no consumo interno de combustíveis que reduziu o uso da commodity em refinarias locais.

"Neste momento, nós não temos a capacidade de vender 1 milhão (de barris por dia)", disse Castello Branco. "Com o aumento na produção de petróleo, nós teremos disponibilidade para isso."

Fonte : Extra Online

Data : 09/11/2020

EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA DO BRASIL RECUA 4% EM OUTUBRO, DIZ ABRAFRIGO

Por Gabriel Araujo

SÃO PAULO (Reuters) - As exportações de carne bovina do Brasil recuaram 4% em outubro em relação a igual período do ano passado, totalizando 189.575 toneladas se considerados os

produtos in natura e processados, informou a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) nesta segunda-feira.

As receitas com os embarques da proteína também diminuíram na comparação anual, somando 790 milhões de dólares no período, queda de 8%, acrescentou a Abrafrigo, citando dados compilados junto à Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

No acumulado do ano até outubro, porém, as exportações ainda registram crescimento de 9% em volumes e de 16% em receitas ante igual período de 2019, com movimentações de 1,65 milhão de toneladas e saldo de 6,8 bilhões de dólares, disse a entidade.

"A China, através de suas importações pelo continente e pela cidade estado de Hong Kong continua alavancando este crescimento", afirmou em nota a Abrafrigo, que contabilizou vendas de 948.168 toneladas para o país asiático nos dez meses do ano, alta de 51,6% no ano a ano, sendo 109 mil toneladas em outubro.

Entre os quatro maiores compradores da carne bovina brasileira, no entanto, apenas os volumes enviados à China avançaram no acumulado do ano, informou a Abrafrigo --as vendas ao Egito, segundo principal cliente, recuaram 27,4%, bem como as exportações para Chile (-25,6%) e Rússia (-16%), que aparecem na sequência da lista.

"No total, no acumulado até outubro, 82 países aumentaram suas compras enquanto outros 82 reduziram suas aquisições", frisou a entidade.

Fonte : Extra Online

Data : 09/11/2020

VENDA DE CIMENTO NO BRASIL SOBE QUASE 15% EM OUTUBRO

Por Alberto Alerigi Jr.

SÃO PAULO (Reuters) - A indústria de cimento do Brasil teve alta de 14,8% nas vendas de outubro sobre o mesmo período do ano passado, a 5,956 milhões de toneladas, informou nesta segunda-feira a associação que representa os fabricantes, Snic. O avanço manteve tendência que tem sido puxada por reformas e obras do setor imobiliário nos últimos meses.

Na comparação com setembro, as vendas subiram 3,4%. "Hoje, a construção residencial, comercial e as reformas que compreendem estes dois setores correspondem por cerca de 80% do consumo (de cimento) no país e alavancaram as vendas do insumo no mercado interno", afirmou o Snic em comunicado à imprensa.

Fonte : Extra Online

Data : 09/11/2020



A GAZETA - ES

MOURÃO NEGA QUE MARCO REGULATÓRIO PARA ATUAÇÃO DE ONGS ESTEJA EM ANÁLISE

O vice-presidente afirmou que houve uma interpretação equivocada do que consta na documentação do planejamento estratégico do Conselho da Amazônia.

O vice-presidente Hamilton Mourão negou nesta segunda-feira, 9, que o governo esteja estudando uma proposta de ter o "controle" de 100% das organizações não governamentais (ONGs) que atuam na Amazônia até 2022. Em entrevista à rádio BandNews FM.

O Estadão revelou que documentos elaborados pelo Conselho, que é presidido Mourão, traziam a proposta de controle de ONGs por meio de um marco regulatório. Mais cedo, Mourão afirmou

desconhecer a ideia, apesar de ser ele quem assina um comunicado convocando servidores para discutir objetivos do grupo, incluindo a meta relacionada às ONGs.

“Quem teve acesso à parte dessa documentação – porque essa documentação não foi distribuída em caráter público, ela é uma documentação interna de planejamento estratégico do Conselho – teve uma interpretação errada a respeito dessa questão de marco regulatório para organizações não governamentais”, disse nesta tarde.

O vice-presidente acrescentou que o Conselho planeja em conjunto com todos os ministérios participantes “objetivos operacionais que possam ser efetivamente cumpridos” nos próximos dois anos da gestão do presidente Jair Bolsonaro. “Essa questão de marco regulatório das organizações não governamentais não passa por nenhum estudo mais sério nesse momento”, afirmou.

O Estadão teve acesso a ofícios enviados por Mourão na última quarta-feira, 4, para ministros pedindo a indicação de servidores para debates do Conselho. Também foi enviada apresentação feita a membros do colegiado no dia anterior, 3, e tabelas que detalhavam os objetivos do órgão. Duas fontes do governo com acesso ao conselho confirmaram que receberam os mesmos documentos.

Na documentação, o controle das ONGs e a criação de um marco regulatório é citada como “ação estratégica prioritária”. É mencionado ainda a ideia de barrar a atuação de entidades por suposta violação de “interesses nacionais”. Não há, contudo, detalhes sobre quais “interesses nacionais” devem ser seguidos.

A atuação de ONGs na região amazônica já foi alvo de críticas do ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente, e do presidente Jair Bolsonaro, que inclusive já acusou ONGs de incendiar florestas e prejudicar a imagem do País. Na entrevista à BandNews nesta tarde, Mourão defendeu ainda que agronegócio “é o setor mais comprometido com a preservação ambiental”.

Fonte : A Gazeta - ES

Data : 09/11/2020



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

É IMPOSSÍVEL REGULARIZAR ABASTECIMENTO DE ENERGIA NO AMAPÁ EM PRAZO DETERMINADO PELA JUSTIÇA, AFIRMA BENTO ALBUQUERQUE

Por Larissa Fafá - 9 de novembro de 2020 - Em Notícias

BRASÍLIA – O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse em entrevista à CBN que não há condições para restabelecer totalmente o fornecimento de energia elétrica até amanhã, como determinou a Justiça Federal na noite de sábado (7). A decisão estipula um prazo de três dias para a resolução do problema, sob pena de multa de R\$ 15 milhões contra a concessionária de transmissão LMTE.

Em entrevista ao jornalista José Luiz Datena, o ministro garantiu que uma investigação para apontar os responsáveis pelo problema está em curso e que a empresa pode ter seu contrato de transmissão cassado.

“Eu ainda não vi essa determinação judicial, apenas tomei conhecimento pela imprensa. A assessoria jurídica do ministério deve estar trabalhando nisso. O que eu posso dizer é que não há possibilidade técnica de restabelecer 100% da energia até amanhã [terça, 10 de novembro]”, afirmou Bento Albuquerque na entrevista.

A ação foi movida por Randolfe Rodrigues (Rede), senador eleito pelo Amapá.

O juiz João Bosco Soares também determinou a instauração de inquérito no Tribunal de Contas da União (TCU) e na Polícia Federal para apurar as causas do apagão. E afirma que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Eletronorte, subsidiária da Eletrobras, comprovem em até cinco dias que houve fiscalização regular do contrato de concessão da LMTE.

Alcolumbre quer Eletronorte na operação da subestação

O ministro ressaltou que uma das punições possíveis é cassar a concessão da empresa.

“Não é possível que um estado ligado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) leve tanto tempo para ser restabelecida a energia. Mostra uma falha que está sendo apurada e nós estamos trabalhando para que não ocorra mais. Pode ser cassada a concessão dessa empresa que é de transmissão, mas nossa prioridade é restabelecer a energia”, completou.

De acordo com a pasta, o fornecimento de energia no estado do Amapá trabalha com 70% da carga, porém com rodízios de atendimento a diferentes localidades.

O diretor-presidente da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), Marcos Pereira, informou durante o final de semana que deve haver racionamento de energia no estado, com eletricidade por seis horas e interrupção do fornecimento pelo mesmo período. Serviços essenciais como hospitais, serviços públicos e bancos serão priorizados.

O presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (DEM), eleito pelo Amapá, defende que a concessão seja cassada e que a Eletronorte assuma o comando da Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE), que além da subestação Macapá, é responsável por linhas de transmissão que conectam a população do estado usinas hidrelétricas

Em nota, o parlamentar afirmou que vai exigir junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a investigação rigorosa das responsabilidades da empresa Isolux, concessionária que atualmente está em recuperação judicial e foi incorporada pela Gemini Energy, com sede no Rio de Janeiro e controlada pela Starboard Partners.

“Os amapaenses exigem a apuração das autoridades e que a responsabilidade de todos os fatos que levaram ao apagão no estado sejam rigorosamente investigadas e que, se comprovada a negligência da empresa Isolux, que a concessão seja imediatamente cassada, e que a Eletronorte assuma o comando da subestação no Amapá”, disse.

Alcolumbre deixou a sessão do Congresso Nacional na semana passada pra se reunir com o ministro Bento Albuquerque e cobrar soluções do governo federal.

A Eletronorte assumiu oficialmente o suprimento emergencial de energia no Amapá, por meio de portaria do MME publicada na sexta (6), enquanto o estado passava por mais de 72 horas de falta de energia.

A medida autorizou a contratação de até 150 MW por 180 dias de forma “célere, excepcional e temporária”. Para isso, serão instalados geradores em locais definidos pela CEA, com o apoio do ONS e da própria Eletronorte.

O que sabemos até o momento

- A energia começou a volta, ainda de forma irregular no domingo (8);
- Das 16 cidades do estado, apenas três – Oiapoque, Laranjal do Jari e Vitória do Jari – não foram atingidas pelo apagão;
- O governo do Amapá declarou estado de emergência e a prefeitura de Macapá, estado de calamidade pública.
- As operadoras Claro, Oi, Tim e Vivo abriram suas redes de telefonia, em roaming, no Amapá, para facilitar o acesso da população aos serviços de telefonia e internet;
- A capital enfrentou problemas de desabastecimento. Sem energia, houve de água e capacidade de refrigeração de alimentos;

- Hospitais e unidades de saúde responsáveis pelo atendimento de casos de covid-19 chegaram a operar com geradores.

Linha do tempo

- Terça (3), às 20h47: desligamento automático da SE Macapá 230/69 kV (LMTE) e das UHEs Coaracy Nunes (Eletronorte, 37 MW), Ferreira Gomes (Ferreira Gomes Energia, 27 MW) e Cachoeira Caldeirão (Cachoeira Caldeirão, 30MW). Explosão e incêndio em um dos transformadores da SE, o TR-1 230/69 kV. O TR-2 já estava indisponível para manutenção corretiva, sem previsão de retorno;
- Quarta (4), às 06h09: Restabelecimento parcial da cargas a partir da Coaracy Nunes, inicialmente com entrega de 13 MW de carga.
- Quarta (4), fim do dia: Bento Albuquerque embarca para o Amapá em comitiva do MME, com Aneel e ONS. Gabinete de crise é formado. Cerca de 85% da população do estado sofre com a falta de energia.
- Quinta (5): é possível restabelecer a carga para 40 MW. Força-tarefa com Eletronorte, FAB e agentes do governo iniciam plano para levar equipamentos para reparo de um dos transformadores, além de geradores para atendimento emergencial. Equipamentos precisam ser transportados de outros estados. Prefeito de Macapá, Clécio Luís (sem partido) decreta estado de calamidade.
- Sexta (6), pela manhã: ao menos 14 dos 16 municípios do Amapá ainda são afetados pela falta de energia há mais de 60 horas. MME espera concluir reparos no transformar para elevar a carga para 70%. Bento Albuquerque afirma que a situação será completamente normalizada em 10 dias.
- Sexta (6), fim do dia: apagão completa 72 horas. Aeronave C-130 Hércules, da FAB, embarca equipamentos para acelerar a entrada em operação emergencial de um dos transformadores da SE Macapá. Um KC-390 foi deslocado de Roraima para transportar 4 geradores até Macapá e atender, de forma emergencial, as atividades essenciais determinadas pelo governo do estado.
- Sábado (7), pela manhã: Macapá é interligada ao SIN e começa a receber cargas de energia. O início do fornecimento de energia na cidade é gradativo.
- Domingo (8), pela manhã: o ministro Bento Albuquerque faz uma visita técnica à subestação de Laranjal do Jari, da empresa Linhas Macapá de Transporte e Energia (LMTE). 65% da energia do estado está restabelecida

Os agentes envolvidos

- A estatal Eletrobras, por meio da Eletronorte, auxilia nas medidas emergenciais, como a contratação de geradores. É uma das fornecedoras da energia que passa pela SE Macapá, danificada;
- A CEA é a distribuidora estadual de energia elétrica. Ela recebe a energia transformada da subestação e distribui nas cidades. Estatal, é controlada pelo governo do estado;
- A Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE) é a concessionária de transmissão responsável por linhas e pela operação da SE Macapá. Originalmente, a empresa esteve sob controle do grupo espanhol Isolux. Atualmente, é uma operação da Gemini Energy, uma empresa com sede no Rio de Janeiro, controlada pelo fundo Starboard Partners, que investe em energia e infraestrutura;

Por que o apagão?

A SE Macapá é o ponto vital de conexão do Amapá com o Sistema Interligado Nacional (SIN) de energia elétrica. O estado é ligado por um ramal do Linhão de Tucuruí, mega projeto de transmissão que conectou os estados do Norte, permitindo que localidades antes isoladas passassem a ser abastecidas pela energia gerada em outras partes do país.

No caso do Amapá, as fontes principais são usinas hidrelétricas locais, mas elas também estão conectadas à SE Macapá, que faz a redução da tensão de 230 kV para 69 kV, e entrega a energia para a rede de distribuição da CEA (Companhia de Eletricidade do Amapá), controlada pelo governo do estado.

As poucas regiões que não foram afetadas são, justamente, os sistemas isolados remanescentes no estado, em que a geração é local, por termoelétricas.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 09/11/2020

PREÇOS DO PETRÓLEO DISPARAM COM DESENVOLVIMENTO DE VACINA E MAIOR APETITE POR RISCO, APÓS VITÓRIA DE BIDEN

Por epbr - 9 de novembro de 2020 - Em Internacional, Newsletter Comece seu Dia, Setor elétrico

Quem faz Editada por Gustavo Gaudarde
gustavo@epbr.com.br

em jogo

Preços futuros do Brent disparam nesta segunda (9), atingindo uma valorização superior a 9% no intraday, com contratos negociados a mais de US\$ 43, frente ao fechamento do pregão passado, de US\$ 39,45. O WTI registrava ganhos de 10%, próximo de US\$ 41.

— As ameaças da 2ª onda de covid-19 nos EUA e na Europa ficam em segundo plano, enquanto o mercado assume uma postura de maior apetite por risco, com queda no dólar e alta nas bolsas, após o resultado das eleições americanas, com a vitória de Joe Biden. O democrata deve apresentar nesta segunda (9) um plano para controle da pandemia no país. Investing.com

— Mercado é ainda estimulado por anúncios sobre a vacina. A fase 3 da vacina da Pfizer e da BioNTech atingiu mais de 90% de eficácia contra a covid-19. Valor

— A Agência Internacional de Energia (IEA) alerta que o lockdown em importantes mercados europeus vai impactar novamente a demanda por petróleo e derivados, mas a expectativa é que a redução da demanda seja menor, em comparação com o que ocorreu no pior momento da crise, no 2º trimestre. Reuters

No fim de semana, o diretor-geral da IEA, Fatih Birol, destacou que a vitória de Biden pode acelerar a transição global para energia limpa. O democrata promete implementar medidas que levem a substituição de fontes fósseis e também à contenção de emissões da produção de petróleo e gás dos EUA. epbr

— “As principais influências que moldam a indústria de energia dos Estados Unidos são provavelmente as forças do mercado, assim como foram sob Barack Obama e Donald Trump”, avaliou o vice-presidente da consultoria Wood Mackenzie, Ed Crooks. epbr

— O atual presidente, Donald Trump, se recusa a aceitar a derrota. Sem apresentar provas concretas às autoridades eleitorais estaduais, a campanha republicana faz acusações de fraude e Trump chegou a afirmar que ele ganhou as eleições. A contagem de votos ainda não acabou.

O Ministério de Minas e Energia (MME) anunciou na noite deste sábado o restabelecimento de 65% da energia elétrica do estado do Amapá, que sofre com um apagão há quase uma semana após a explosão na subestação da capital Macapá.

— Na manhã deste domingo (8/11), o ministro Bento Albuquerque faz uma visita técnica à subestação de Laranjal do Jari, da empresa Linhas Macapá de Transporte e Energia (LMTE). epbr

— O fornecimento ainda é irregular. A distribuição de energia é feita por um regime de racionamento, com rodízio de 6 horas por região. O racionamento é controlado pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). Moradores da capital, Amapá, reclamam de falhas no rodízio. O Globo

— A Justiça Federal determinou na noite de sábado (7) que a LMTE deve restabelecer em três dias o abastecimento de 100% da eletricidade no estado restabelecida, sob pena de multa de R\$ 15 milhões. G1

A Petrobras deve receber em 10 de dezembro propostas vinculantes por sua refinaria no Rio Grande do Sul (Refap). O conglomerado indiano Essar Group e as empresas Raízen e Ultrapar Participações estão entre os potenciais interessados, informa a Reuters.

O número de créditos de descarbonização (CBIOS) gerados por produtores de biocombustíveis e registrados na B3 superou os 13 milhões, mas as compras obrigatórias pelas distribuidoras de combustíveis no âmbito do RenovaBio estão fracas e não atingiram nem metade da meta para o ano, de 14,9 milhões de CBIOS, apontou na sexta (6/11) a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).

— Até o momento, as distribuidoras adquiriram 7,28 milhões de créditos. Esse volume bem inferior à meta indicaria que está havendo um represamento de vendas de CBIOS pelos produtores de biocombustíveis, disse uma representante do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP).

– A meta dos produtores, estabelecida pela ANP, que regula o RenovaBio, é de gerar 15 milhões de CBIOS. Reuters

A CEB, controlada pelo governo do Distrito Federal, e o BNDES publicaram na sexta (6/11) o edital de privatização da CEB Distribuição. O leilão para venda de 100% das ações da companhia está marcado para 27 de novembro na B3. O lance mínimo estipulado é de R\$ 1,423 bilhão. O resultado do leilão será divulgado até 7 de janeiro, e a assinatura do contrato está prevista para 25 de fevereiro. epbr

A Rio Energy, do grupo norte-americano de private equity Denham Capital, está negociando a venda de ativos de geração eólica que possui no Brasil, disseram à Reuters três fontes com conhecimento do assunto. Contudo, isso não significaria a saída da Rio Energy do país, uma vez que a empresa vem avaliando a compra de usinas solares.

— Ums das interessadas é a paranaense Copel, que tem analisado a oportunidade internamente, disse uma outra fonte. A Rio Energy acumula investimentos de R\$ 2,9 bilhões e já havia buscado compradores para suas usinas eólicas operacionais.

A Petrobras concluiu na sexta (6) a venda do campo de Baúna, em águas rasas na Bacia de Santos, para a australiana Karoon Petróleo & Gás, com o pagamento de US\$ 150 milhões.

– O valor se soma aos US\$ 49,9 milhões pagos em julho de 2019. A parcela remanescente de US\$ 40 milhões será paga pela Karoon em 18 meses, considerando ajustes de preço. Foi acordada uma parcela contingente, a ser recebida pela Petrobras até 2026, no valor de US\$ 285 milhões.

– Baúna iniciou sua operação com o FPSO Cidade de Itajaí em fevereiro de 2013. A produção média do campo de janeiro a setembro de 2020 foi de aproximadamente 16 mil barris de óleo por dia e 104 mil m³/dia de gás.

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) da Eletrobras fechou um acordo com a Cutsforth, dos EUA, para a comercialização de sistemas de monitoramento de equipamentos de alta tensão. A expectativa é que o uso da tecnologia seja potencializado após a integração com os serviços da companhia norte-americana. Valor

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 09/11/2020

LEILÃO DA CEB DISTRIBUIÇÃO SERÁ EM 27 DE NOVEMBRO NA B3

Venda da distribuidora terá lance mínimo de R\$ 1,423 bilhão

Por Guilherme Serodio - 7 de novembro de 2020 - Em Setor elétrico

A CEB e o BNDES publicaram nesta sexta (6) o edital de privatização da CEB Distribuição. O leilão para venda de 100% das ações da companhia está marcado para 27 de novembro na B3. O lance mínimo estipulado é de R\$ 1,423 bilhão.

A CEB é controlada atualmente pelo governo do Distrito Federal, mas a proposta de privatização, defendida pelo governador Ibaneis Rocha (MDB), enfrentava resistência de membros do legislativo. Na semana passada o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) garantiu a legalidade do leilão das ações da companhia, sem o aval da Câmara Legislativa.

Em outubro, seis dos 11 integrantes da bancada do DF no Congresso encaminharam ao governador uma carta solicitando que o debate sobre a venda da companhia fosse aprofundado antes do leilão.

Na avaliação para o leilão, os passivos de curto prazo, com vencimento menor do que 12 meses, somavam R\$ 1,453 bilhão. Já os passivos de longo prazo somavam R\$ 924 milhões.

O leilão da companhia contou com a consultoria contratada do BNDES e despertou interesse de algumas das maiores operadoras do mercado, como Energisa, Neoenergia, Enel, CPFL e Equatorial.

A CEB fornece energia a 1,1 milhão de clientes no Distrito Federal e considerada um ativo interessante por atender a uma rede de clientes de renda média considerada elevada.

A apresentação das propostas deve ocorrer até 24 de novembro, na sede da B3. O resultado do leilão será divulgado até 7 de janeiro e a assinatura do contrato de compra e venda das ações com a vencedora do certame está prevista para ocorrer em 25 de fevereiro.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 09/11/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

APAGÃO NO AMAPÁ: MINISTRO DIZ QUE NÃO HÁ COMO RESTABELEECER 100% DA ENERGIA ATÉ AMANHÃ, COMO DETERMINOU A JUSTIÇA

Bento Albuquerque afirma à CBN que ainda não viu a determinação judicial. Sétimo dia de blecaute é mercado por falhas no sistema de rodízio

O Globo com G1



<https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24732371-11c-123/FT1086A/652/x202011051515097739.jpg-G6K4N42FR.1.jpg.pagespeed.ic.QjxCyZlZDI.jp>

Incêndio atinge subestação de energia durante chuva na Zona Norte de Macapá, causando um apagão em 13 dos 16 municípios do estado Foto: Reprodução

RIO - Moradores do Amapá reclamam que o rodízio no fornecimento de luz por períodos de seis horas por regiões não está funcionando. O sistema foi adotado no sábado, quando o fornecimento de energia começou a ser retomado no estado que enfrenta um apagão em 13 de seus 16 municípios. O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou que não há um prazo para que a energia seja normalizada no estado.

Em entrevista à Rádio CBN, ele descartou o restabelecimento total do serviço até esta terça-feira, prazo determinado pela Justiça. Em caso de descumprimento, haverá multa de R\$ 15 milhões:

— Eu ainda não vi essa determinação judicial, apenas tomei conhecimento pela imprensa. A assessoria jurídica do ministério deve estar trabalhando nisso. O que eu posso dizer é que não há possibilidade técnica de restabelecer 100% da energia até amanhã (terça-feira).

Albuquerque, que esteve até domingo no Amapá, explicou que ainda é preciso substituir dois transformadores que foram danificados na explosão, e que pesam mais de 100 toneladas, e o prazo para a chegada desses equipamentos no local é de dez dias.

O ministro disse que as condições de abastecimento de energia ao Amapá estão retomando gradualmente, hoje já com 70% da carga sendo atendida, ainda no modelo de rodízio.

Na manhã desta segunda-feira, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), reuniu-se com o presidente Jair Bolsonaro para tratar da questão. Alcolumbre, que estava no Amapá, viajou para Brasília somente para a reunião e retornou ao estado em seguida.

No domingo, a Justiça Federal deu prazo de três dias para que o fornecimento de energia elétrica seja restabelecido plenamente em todo o Amapá, sob multa de R\$ 15 milhões. A Isolux, empresa responsável pela manutenção do serviço da subestação que causou o apagão, deve entregar em até 12 horas um plano de ação para solucionar o problema, sob pena de multa de R\$ 100 mil, em caso de descumprimento.

Para amenizar a situação, o rodízio foi estabelecido pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) porque apenas 65% do sistema elétrico foram recuperados. Em alguns locais, no entanto, a energia voltou por apenas duas horas.

Na última terça-feira, 3 de novembro, perto de 90% da população do estado, de 765 mil pessoas, ficou sem energia após um incêndio ter atingido a principal subestação do estado. A falta de luz resultou em problemas também no fornecimento de água potável, no funcionamento de telecomunicações, causando ainda longas filas em postos de combustíveis e prejuízos ao comércio.

Morador do bairro Marabaixo 3, na Zona Oeste de Macapá, Marcelo Silva, de 40 anos, conta que a energia deveria ter chegado ao local no domingo das 6h às 12h e das 18h à meia-noite, mas foram 12 horas sem serviço.

— No meu bairro ficou sem energia das 18h de ontem até 6h30 de hoje. No meu local de trabalho, chegou 4h30 da madrugada de hoje e 6h40 já foi embora — disse Silva ao G1.

Ele frisou que não há como organizar a dispensa, ainda que tenha uma energia mínima, porque não é possível produzir gelo, o que impede congelar refeições.

— A gente tenta se organizar baseado no cronograma, mas não respeitam. O transtorno maior é não poder dormir, não conseguir descansar — complementou ele. — É inadmissível nosso estado ser gerador de energia, com várias hidrelétricas, passar por uma situação dessa. O Amapá está mendigando energia.

Na Zona Sul da capital do estado, no bairro Muca, o rodízio deveria ocorrer nos mesmos horários estabelecidos para o Marabaixo 3. Uma estudante de 20 anos que mora na localidade e preferiu não se identificar, conta que só teve fornecimento de energia das 18h às 21h de domingo. Depois, a luz voltou às 4h desta segunda-feira, sendo interrompida após duas horas.

Além da dificuldade com o preparo e conservação de alimentos, a estudante destacou que equipamentos eletrônicos podem queimar, queixando-se do que avaliou como "um desrespeito".

O Ministério de Minas e Energia estima que a retomada da distribuição de energia no estado estará totalmente restabelecida no próximo fim de semana, sem ter fixado o dia para que isso ocorra.

CEA diz que falhas serão corrigidas

Marcos Pereira, presidente da CEA, afirmou que os problemas no fornecimento serão corrigidos conforme os consumidores forem relatando as falhas:

— Lembrando que estamos a menos de 48 horas desde que o sistema se normalizou nessa condição especial de rodízio e há questões técnicas a serem enfrentadas — destacou ele, procurado pelo G1. — É um sistema complexo e que, só para desligar e religar em outra área, exige uma série de manobras que levam cerca de 30 minutos.

A distribuidora de energia, continua Pereira, conta com três geradoras para atender o Amapá e, quando equipamento que vinha sendo utilizado foi atingido por um raio, havia um segundo em manutenção. Já o terceiro gerador, que seria utilizado como substuto ao danificado, aguardava manutenção há quase um ano.

Com isso, o gerador em atividade agora no fornecimento de energia em sistema de rodízio é o segundo deles, que teve a conclusão de sua manutenção acelerada. O presidente da CEA não explicou o que levou o terceiro gerador a ficar indisponível por perto de um ano tampouco forneceu prazo para que o equipamento volte a funcionar.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 09/11/2020

COPEL TELECOM É VENDIDA EM LEILÃO POR R\$ 2,39 BILHÕES PARA FUNDO DE INVESTIMENTOS

Venda da companhia atraiu disputa de quatro empresas e foi arrematada pelo fundo de investimentos Bordeaux

O Globo com G1

A companhia estatal paranaense Copel Telecom foi vendida por R\$ 2,39 bilhões na tarde desta segunda-feira. Em leilão realizado na sede da B3, em São Paulo, a venda da unidade de telecomunicações atraiu disputa de quatro empresas e foi arrematada pelo fundo de investimentos Bordeaux, controlado pelo empresário Nelson Tanure, que apresentou a maior oferta.

A empresa estatal é líder no mercado de fibra ótica no Paraná e teve 100% das suas ações vendidas. A proposta vencedora apresentou ágio de 70% em relação ao preço mínimo de R\$ 1,4 bilhão e superou a disputa da Algar Soluções, que chegou a fazer um lance de 2,385 bilhões de reais.

"Ficou muito acima da expectativa, quase R\$ 1 bilhão acima do valor avaliado. Mostra que é uma empresa sadia para ser apresentada para os investidores", afirmou o governador do Paraná, Ratinho Junior.

Em agosto, a Bordeaux Fundo de Investimentos arrematou o controle da Sercomtel Telecomunicações por R\$ 130 milhões. O contrato prevê que a transferência dos ativos deve acontecer em seis meses, podendo ser prorrogado por mais seis.

De acordo com o diretor-geral da Copel Telecom, Wendell Oliveira, a estatal continua prestando o serviço até que a transferência seja finalizada, e os atuais funcionários serão incorporados por outras áreas da Copel.

Investimento em energia

De acordo com Ratinho Junior, o valor arrecadado será investido em geração e transmissão de energia no estado, principalmente para melhorar o fornecimento de energia nas zonas rurais.

"Esse recurso faz com que a Copel Energia possa entregar uma energia de maior qualidade para a população, esse dinheiro vai complementar uma série de projetos que temos para Copel", disse o governador.

Novas privatizações

Após o leilão, o governador do estado anunciou que outras empresas estatais devem ser privatizadas até o final de 2021. O governo prevê vender a Compagás e a Ferroeste. Ratinho Junior também disse que pretende conceder os pátios do Detran.

Ratinho Junior negou que outras áreas da Copel serão privatizadas.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 09/11/2020

MERCADO LIVRE RECEBE LICENÇA DO BC PARA ATUAR COMO INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Empresa já atua no setor de pagamentos com o Mercado Pago

O Globo



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24737405-11e-659/FT1086A/652/x339011006.jpg.png.page.speed.ic.tKB4cYku7U.jpg>

O Mercado Livre já opera o serviço de pagamentos Mercado Pago Foto: Sarah Pabst / Bloomberg

BRASÍLIA – O Banco Central (BC) concedeu nesta segunda-feira autorização ao Mercado Livre para atuar como instituição financeira, por meio da companhia Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, com sede em São Paulo e

capital social de R\$ 40 milhões.

Este não é o primeiro movimento do gigante argentino do comércio eletrônico no mercado financeiro do país. Em 2018, o Mercado Pago, também pertencente ao Mercado Livre, conseguiu autorização do BC para atuar como instituição de pagamento.

Em comunicado, o vice-presidente do Mercado Pago, Tulio Oliveira, afirmou que a nova autorização permite ao grupo maior autonomia para formular produtos e serviços financeiros e de crédito.

"Além disso, poderá acessar fontes de financiamento diferentes, que complementarão a estratégia de funding da companhia", afirmou Oliveira.

Na semana passada, a companhia divulgou os resultados do terceiro trimestre do ano, com lucro líquido de US\$ 15 milhões. Com a expansão do comércio eletrônico durante a pandemia, a companhia se tornou a mais valiosa da América Latina.

Para agilizar a logística, a empresa inaugurou seu terceiro centro de distribuição no país, em Lauro de Freitas, na Bahia.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 09/11/2020

AMAZON ABRE TRÊS CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO NO BRASIL E CRIA 1.500 VAGAS

Galpões estão localizados em Minas Gerais, Distrito Federal e Rio Grande do Sul

Por Bruno Rosa



<https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/22531791-5cb-182/FT1086A/652/xamazon-1.jpg.pagespeed.ic.LKBoj1LLta.jpg>

Faixa da Amazon - grupo estaria negociando com o Casino a compra ou parceria com a Via Varejo Foto: Reuters

RIO - O aumento das vendas pela internet vem ampliando os investimentos de empresas em centros de distribuição no país. Hoje, a americana Amazon anunciou a abertura de três novos centros de distribuição. Eles ficarão em Minas Gerais, Distrito

Federal e Rio Grande do Sul, ampliando para oito o total de galpões logísticos responsáveis pela entrega de seus produtos. Na expansão, serão gerados 1.500 empregos diretos.

A ampliação visa a aumentar sua participação de mercado em um momento em que as principais rivais estão ampliando seus centros de distribuição. A rede Magalu abriu recentemente seu centro de distribuição no Rio.

Outras companhias também apostam na expansão como Via Varejo (Ponto Frio e Casas Bahia) B2W (Americanas.com e Submarino). A chinesa Alibaba também vem aumentando seus esforços no Brasil.

Segundo Alex Szapiro, presidente da companhia no país, o número de cidades que poderão receber os produtos em um prazo de dois dias subiu de 400 para 500. O aumento de capacidade vai permitir ampliar ainda o catálogo de produtos e entregas mais rápidas a mais cidades.

- Esses espaços não estarão operacionais para o Black Friday. A escolha desses estados têm como objetivo entregar os produtos mais rápidos - disse ele, lembrando que juntos os três centros representam cerca de 75 mil metros quadrados, o que equivale a uma área de mais de 10 campos de futebol, com flexibilidade para crescer ainda mais.

Trata-se do maior investimento da companhia no ano no Brasil. A empresa também vem ampliando seu ecossistema no país, com o lançamento de produtos embalados pela assistente virtual Alexa, que ganhou versão em português em um ano e já conta com 1.400 skills (espécie de aplicativo).

A disputa ocorre por conta do aumento das compras pela internet, que registraram avanço superior a 30% neste ano. Segundo a Ebit Nielsen, o setor movimentou cerca de R\$30 bilhões no primeiro semestre deste ano.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 09/11/2020

MOURÃO: CONGRESSO NÃO DEVE VOTAR ORÇAMENTO DE 2021 NESTE ANO, E AGÊNCIAS PODEM CORTAR NOTA DO BRASIL

Vice-presidente avalia que país só terá Orçamento em abril do ano que vem

Por Daniel Gullino



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24736560-475-d3d/FT1086A/652/x90345605_PA-Brasilia-BSB-03-11-2020-Coletiva-de-Imprensacom-o-Vice-Presidente-da-Republica-e-presi.jpg.pagespeed.ic.GFnZAaxlJ6.jpg

O vice-presidente Hamilton Mourão, durante entrevista coletiva no Itamaraty Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo/03-11-2020

BRASÍLIA — O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou nesta segunda-feira que o Orçamento de

2021 só deverá ser votado no próximo ano, o que, na avaliação dele, deverá levar a uma diminuição da nota do Brasil dada por agências de classificação de risco.

— O Congresso, até agora, não conseguiu se reunir e colocar em pé a Comissão Mista de Orçamento. Tudo indica que nós não vamos votar o Orçamento neste ano, o que será um problema, o que provavelmente vai levar uma queda em nossa avaliação pelas agências de rating. E nós vamos ter o Orçamento só para abril do ano que vem. Vamos ficar três, quatro meses só podendo gastar 1/18 daquilo que está previsto, planejado para o Orçamento — disse Mourão, durante transmissão ao vivo organizada por um banco.

O Congresso ainda não votou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, que estabelece as bases para os gastos do governo no ano que vem. Depois, ainda terá que ser votada a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estabelece o Orçamento de fato. Mourão não especificou se estava referindo-se à LDO ou à LOA.

Apesar de Mourão falar em 1/18, normalmente, o limite de execução é de 1/12, mas quem define esse percentual e as despesas que podem ser executadas é justamente a LDO, que não foi aprovada.

No fim de outubro o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o Tesouro Nacional e o Ministério da Economia apresentem um plano de contingência para evitar a paralisação de todos os serviços públicos caso a LDO não seja aprovada até 31 de dezembro.

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) ainda não foi instalada devido a divergências entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e deputados do centrão.

Na transmissão, Mourão também criticou a ideia de estender para 2021 o estado de calamidade pública, estabelecido até 31 de dezembro devido à pandemia do novo coronavírus.

— Essa questão de, "ah, vamos prorrogar a situação de emergência"? Vai prorrogar a situação de emergência, nós vamos ter que fazer dívida, nós estamos vendo a dificuldade que está para rolar a nossa dívida.

'Brasil vai explodir em janeiro' diz Maia

Maia afirmou, também nesta segunda-feira, que o governo deveria ter dado à sociedade e ao mercado um sinal claro de como vai gerir as contas públicas no ano que vem, ainda antes das eleições de domingo. Ele afirmou que, junto com a agenda ambiental, a questão fiscal precisa ser resolvida com urgência para favorecer investimentos e a recuperação da economia.

— Que tem interesse na pauta (do Orçamento) é o governo. O Brasil vai explodir em janeiro se as matérias não forem votadas. O dólar vai a R\$ 7. A taxa de juros de longo prazo vai subir para um país que hoje, no final do ano, vai ter 100% da sua riqueza em dívidas — disse Maia, em entrevista à CNN Brasil.

O presidente da Câmara continuou nas críticas ao governo e afirmou que as famílias sentem o peso da inflação, que classificou como "fora de controle":

— O governo será um governo popular ou populista. Se o governo quiser construir soluções fora do teto de gastos será populista como foi o governo anterior, e tendo dois anos de recessão. A inflação já está fora de controle. Pergunte ao brasileiro simples como ele está conseguindo comprar arroz e feijão no supermercado, com o aumento de preço de esses e outros alimentos. Quando somos populistas, quem paga a conta é o povo brasileiro.

Mourão defende votação do Orçamento em janeiro

Mais tarde, o vice-presidente voltou a comentar o assunto durante entrevista à rádio Bandnews. Mourão voltou a ressaltar o risco, mas disse que uma solução seria votar o Orçamento em janeiro, antes da eleição da Presidência da Câmara e do Senado, que ocorre no início de fevereiro.

— Também tem outra linha de ação, do Congresso se reunir em janeiro e conseguir, antes da votação da nova direção das duas Casas legislativas, a aprovação desse Orçamento. Caso contrário, eu só vejo que esse Orçamento vai ser aprovado lá para março, abril.

Na mesma entrevista, o vice-presidente afirmou que a derrubada, pelo Congresso, do veto à prorrogação da desoneração da folha de pagamento é um assunto "complicado", porque a renúncia de receita causada pela medida terá que ser "compensada" de alguma forma.

— É algo meio complicado, porque isso vai significar uma renúncia de receita por parte do governo federal, que terá que ser compensada de outro lado.

Mourão afirmou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, defende a criação de um imposto para manter a desoneração, mas que isso não ocorrerá.

— Vocês estão lembrados que ministro Guedes é a favor dessa desoneração desde que se criasse outro tipo de imposto para compensar. Uma vez que não vai ser criado nada, essa compensação ou terá que ser feita por esforço arrecadatório, em cima dos impostos existentes, ou então por mudanças no orçamento para compensar essa não entrada de receita.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 09/11/2020

COM JOE BIDEN, INDÚSTRIA BRASILEIRA VÊ CHANCES DE NOVOS ACORDOS

Expectativa é reverter decisões tomadas por Donald Trump que restringiram o acesso de produtos brasileiros ao mercado americano

Por Manoel Ventura

BRASÍLIA - A vitória do democrata Joe Biden para a Casa Branca animou setores da indústria brasileira, que veem chance de o presidente eleito dos Estados Unidos reverter decisões tomadas por Donald Trump que restringiram o acesso de produtos brasileiros ao mercado americano.

O setor de alumínio, que sofre com a imposição de tarifas por parte do governo americano, acredita que Biden dará maior previsibilidade ao comércio internacional. Em outubro deste ano, os EUA anunciaram a imposição de tarifas de US\$ 1,96 bilhão em produtos de folha de alumínio importados de 18 países, entre eles o Brasil.

O presidente-executivo da Associação Brasileira de Alumínio (Abal), Milton Rego, avalia que, até março, quando termina a investigação do governo americano sobre se essas economias exportam os bens a preços inferiores aos valores de mercado para prejudicar o produto americano, não haverá mudança. Por outro lado, vê chance de aumento do consumo do produto por conta da agenda ambiental de Biden:

— Do ponto de vista do setor de alumínio, o positivo é que a agenda democrata é muito mais pró-economia verde e sustentabilidade. E todas essas coisas aumentam a demanda por alumínio. Isso mais cedo ou mais tarde vai ser precificado.

O aço também passa por restrições para ser exportado para os EUA. Neste caso, há cotas. O Brasil pode exportar 3,5 milhões de toneladas de aço semiacabado para o mercado americano por ano. Acordo fechado em 2018 determinou um limite de 30% deste total para cada um dos três primeiros trimestres do ano e de 10% para o último. Neste ano, porém, Trump reduziu a cota de importação do aço brasileiro de outubro a dezembro em 83%.

O Instituto Aço Brasil, que reúne as siderúrgicas brasileiras, vai buscar junto ao novo governo americano o fim das cotas para o produto semiacabado, argumentando que essa é uma matéria-prima fundamental para a indústria americana.

Habilidade diplomática

— A expectativa é que a gente possa tentar manter contato com a nova administração para ver se retira o Brasil dessa restrição. Se não for possível o todo, que pelo menos tire o semiacabado — disse o presidente do Aço Brasil, Marco Polo Mello, citando que o Brasil é maior importador de carvão metalúrgico dos EUA, com US\$ 1 bilhão por ano.

Para o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Alceu Moreira (MDB-RS), a vitória do democrata deve contribuir para a acomodação do dólar, o que pode ser positivo para o setor. Ele argumenta que os impactos dependerão da habilidade diplomática do Brasil com seu parceiro comercial histórico:

— Não teremos com a eleição do Biden um cenário que seja conhecido imediatamente, é um corpo multilateral com muitos interesses. Terão setores que serão beneficiados, outros serão prejudicados. O que se precisa agora é de uma diplomacia altamente qualificada e tratar dessa questão no grau de interesse. Países não têm amigos, países têm interesses. (É preciso) Parar de fazer discurso ideológico e tratar dos interesses nacionais.

Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) considera que a vitória de Biden “permitirá a continuidade das negociações dos acordos bilaterais entre Brasil e Estados Unidos”, já que, durante a presidência de Barack Obama, da qual Biden foi vice, agendas importantes avançaram, como acordos de “céus abertos”, previdenciário e de cooperação econômica e comercial.

“Esperamos que essa agenda seja acelerada nos próximos anos”, afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, no texto.

Maior previsibilidade

Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do Brasil e sócio da consultoria BMJ Consultores Associados, observa que a principal característica da eleição do democrata é a previsibilidade:

— Ele vai ser um presidente muito mais previsível, ortodoxo e político. Isso traz mais estabilidade para o mundo. E a relação com o Brasil é muito estável, sendo muito difícil um grande aumento ou grande queda de comércio. (Colaborou Paula Ferreira)

Fonte : O Globo - RJ

Data : 09/11/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

BRASIL DEVE DEIXAR O RANKING DAS DEZ MAIORES ECONOMIAS DO MUNDO EM 2020

Sob efeito da pandemia, o País vai ser ultrapassado por Canadá, Coreia do Sul e Rússia, aponta levantamento de pesquisadores do Ibre/FGV

Por Douglas Gavras, O Estado de S.Paulo

O baque da pandemia do novo coronavírus deve deixar um saldo ainda mais cruel para a economia brasileira: ela pode deixar de figurar entre as dez maiores do mundo este ano, sendo ultrapassada por Canadá, Coreia do Sul e Rússia. Os dados são de um levantamento dos pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) Marcel Balassiano e Claudio Considera, a partir de projeções feitas em outubro pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo antecipou o jornal Valor Econômico.

De acordo com as projeções feitas em outubro pelo FMI para este ano, com a crise da covid-19 e seus impactos na economia mundial, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil passaria de US\$ 1,8 trilhão no ano passado para US\$ 1,4 trilhão até o fim deste ano – o que levaria a economia brasileira a ser ultrapassada por canadenses, sul-coreanos e russos.

A crise econômica provocada pela pandemia deve levar a maior parte do mundo a uma forte retração da atividade econômica este ano. No Brasil, os efeitos da covid-19 se somam ao desempenho do real, que foi uma das moedas que mais se desvalorizaram este ano. Do começo do ano até o fim do mês passado, o câmbio se desvalorizou 40% em relação ao patamar em que o dólar estava no fim de 2019.

Os economistas ressaltam que, considerando a métrica do dólar, a economia brasileira passaria da nona maior do mundo ano passado para a 12.^a maior este ano. E essa queda é apenas mais um capítulo de um movimento de perdas que ocorreu nas últimas crises.

Eles lembram que, em 2011, o País era a sétima maior economia do mundo, posição que ocupou até 2014. Quando veio a recessão de 2015 e 2016, o Brasil perdeu duas posições nesse ranking, passando para o oitavo lugar em 2017 e para o nono, nos dois últimos anos.

Segundo Balassiano, a mudança de posição, do nono para o 12.^o lugar no ranking se explica, principalmente, pela variação cambial, que por sua vez tem é um reflexo do aumento do risco Brasil, sobretudo por conta dos problemas fiscais que o País enfrenta

“Isso deve acontecer, quando se considera o dólar corrente, muito mais pela forte desvalorização do real frente ao dólar do que pela queda da atividade econômica. Tanto que pela via do dólar por poder de compra, a mudança não é tão brusca”, explica Balassiano.

Ele resalta que o FMI projeta queda de 5,8% no PIB brasileiro este ano, retração que poderia ser maior se medidas de estímulo, como o auxílio emergencial dado aos brasileiros mais vulneráveis, não tivessem sido adotadas. “A queda do ranking das maiores economias, portanto, reflete os riscos locais do Brasil.”

Quando se considera o dólar em paridade por poder de compra (PPC), o Brasil ocupava a sétima posição no começo da década e assim permaneceu, até 2016, até chegar ao décimo lugar em 2019. Pelas projeções do FMI, o País voltaria para a oitava posição este ano.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 09/11/2020

RELAÇÕES COM A CHINA PERMANECERÃO RELEVANTES NOS PRÓXIMOS ANOS, DIZ MOURÃO

Por Emily Behnke - Brasília

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, afirmou nesta segunda-feira, 9, que as relações econômicas com a China “permanecerão relevantes nos próximos anos”. Mourão acredita que há uma “caminho muito bom” no relacionamento entre Brasil e China, além de ver oportunidades para intensificar parcerias e diversificar exportações.

“Eles (chineses) são nossos maiores parceiros comerciais, isso já vem desde 2009, mas a nossa pauta exportadora ainda é muito concentrada, no minério de ferro, no petróleo, na soja, então precisamos diversificar, assim como agregar valor nos produtos exportados para lá”, observou o vice-presidente.

Mourão citou ainda que Brasil tem procurado apresentar aos investidores chineses os projetos prioritários para o País dentro da carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

O vice-presidente avaliou que seria interesse aprofundar as relações de parceria em outros setores, como o de ciência e tecnologia.

“Vejo com muito bons olhos a oportunidade de aprofundar a cooperação dos outros setores, principalmente na questão de ciência, tecnologia e inovação, onde os chineses estão avançando muito”, disse ele. “Vejo um caminho muito bom nesse nosso relacionamento, sempre deixando muito claro que os nossos interesses e os interesses deles têm que convergir. Essa é a realidade.”

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 09/11/2020

PREÇOS DE ALIMENTOS SOBEM POR CAUSA DE COMMODITIES E CÂMBIO, DIZ PRESIDENTE DO BC

Por Lorena Rodrigues e Eduardo Rodrigues - Em Brasília



https://conteudo.imguol.com.br/c/noticias/25/2020/04/08/7abr2020---o-presidente-do-banco-central-roberto-campos-neto-em-coletiva-sobre-as-acoes-de-enfrentamento-ao-coronavirus-1586384072516_v2_450x450.jpg

Arquivo - Campos Neto disse que o Brasil enfrenta alta no preço dos alimentos por questões como valor de commodities e pressão cambial. - Imagem: José Dias/Presidência da República

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que o Brasil enfrenta alta no preço dos alimentos por questões como valor de commodities e pressão cambial. Em evento da The Economist, Campos Neto ressaltou que a pandemia também contribuiu para elevar os preços, uma vez que os brasileiros substituíram gastos com serviços por mais alimentação em casa. “Temos visto maior consumo das pessoas que estão nos programas de renda”, completou.

No evento, o presidente lembrou que há ainda muitas incertezas em relação à progressão da pandemia e que alguns países descobriram mutações do coronavírus, mas que a vacina será o que mudará o jogo definitivamente.

“Vimos hoje o que os mercados fizeram hoje com a especulação da vacina”, afirmou ele, em referência ao anúncio da Pfizer e da BioNTech de que a vacina experimental que desenvolvem de forma conjunta se mostrou 90% eficaz na prevenção do coronavírus, o que animou mercados pelo mundo.

Liquidez

O presidente do Banco Central disse que o Brasil tem um colchão de liquidez muito grande para fazer frente à crise econômica trazida pela pandemia do coronavírus. “Vamos usar toda liquidez antes de pensar em outras medidas”, afirmou.

Ele ressaltou que, diante da abundância de liquidez, o governo brasileiro resolveu disponibilizar recursos para os bancos repassarem ao mercado e ponderou que o Banco Central não tem departamento para avaliar créditos.

Campos Neto afirmou que é preciso ter coordenação para a retirada das medidas de estímulos e destacou a necessidade de que isso seja coordenado com o Executivo, Legislativo e Judiciário. “Ter coordenação para gastar é mais fácil, ter coordenação na saída será muito mais difícil”, ponderou.

Ele afirmou que, no caso do Brasil, o ponto positivo é que medidas têm data para acabar. “É melhor dessa forma porque já tem uma estratégia clara de saída.”

Linha de swap do Fed

O presidente do Banco Central disse que o Brasil não deverá usar a linha de swap aberta pelo Federal Reserve, a autoridade monetária norte-americana, para o País. “Não acho que precisaremos usar linha do Fed, mas é bom ter. A coordenação entre bancos centrais é muito importante para emergentes. Fed e Europa (BCE) agiram rápido ajudaram mercados”, afirmou.

Em março, o Fed disponibilizou uma linha de US\$ 60 bilhões para Austrália, Coreia, México, Cingapura e Suécia, com o objetivo de promover liquidez no mercado internacional. Em 29 de

outubro de 2008, no auge na crise financeira global, o Fed disponibilizou uma linha de swap de US\$ 30 bilhões para o Banco Central brasileiro, no mesmo anúncio feito para os BCs de México, Coreia do Sul, e Cingapura. A autoridade monetária brasileira também não chegou a utilizar o instrumento naquela ocasião.

No evento desta segunda-feira, Campos Neto ressaltou que o objetivo da equipe econômica é reduzir o tamanho do governo e com mais investimento privado. Ele ressaltou que, com os juros mais baixos no Brasil, há uma perda de fluxo de investimentos em portfólio e um aumento nos aportes na economia real.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 09/11/2020

GOVERNO MANTÉM DIÁLOGO COM PFIZER E AGUARDA NEGOCIAÇÕES SOBRE VACINAS EM CONSÓRCIO INTERNACIONAL

Imunizante apresentou eficácia de mais de 90%, conforme uma análise preliminar divulgada nesta segunda-feira

Por Mateus Vargas, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA – O Ministério da Saúde mantém negociações com a farmacêutica Pfizer, além de outras produtoras de vacina contra a covid-19. O imunizante da Pfizer apresentou eficácia de mais de 90%, conforme uma análise preliminar divulgada nesta segunda-feira, 9.

A droga está em fase final de testes e precisa de aval de agências sanitárias, como a brasileira Anvisa, para chegar à população. Em nota, o ministério disse que “todas as vacinas em estudos avançados no mundo estão sendo analisadas, inclusive a do laboratório Pfizer”.

"Atualmente, o Ministério acompanha cerca de 254 pesquisas, algumas com testes já bem avançados. Todas as apostas necessárias serão feitas para achar uma solução efetiva, em qualidade e quantidade necessárias para imunizar a população brasileira”, disse o ministério.

Vale lembrar que em julho o presidente Donald Trump, dos Estados Unidos, fechou um acordo com as farmacêuticas para comprar, ainda em 2020, 100 milhões de doses da vacina contra a covid-19. Então é bem provável que em um primeiro momento o imunizante fique restrito aos moradores dos EUA.

O discurso no ministério é de que o governo comprará a primeira vacina segura que chegar ao mercado. O presidente Jair Bolsonaro, no entanto, já determinou o Ministério da Saúde a manifestar que estava vetada a compra da Coronavac, desenvolvida pela farmacêutica chinesa Sinovac, pois quem lidera as tratativas para o acesso da droga no Brasil é o governador paulista João Doria (PSDB).

O governo brasileiro fechou contrato para compra de 100 milhões de doses do imunizante feito pela AstraZeneca/Oxford. Em outra frente de atuação para encontrar uma vacina, o Brasil espera receber doses para 10% da população por meio do consórcio Covax Facility, liderado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Segundo fontes da Saúde, além das doses já encomendadas da AstraZeneca/Oxford, caso outra vacina também seja considerada confiável, a ideia é comprá-la por meio de um contrato direto com a desenvolvedora ou por meio do consórcio internacional.

Nos últimos meses, o ministério recebeu diversas produtoras de vacina, como os desenvolvedores russos da Sputnik V, a Pfizer e representantes da Sinovac.

O governo federal investiu cerca de R\$ 2 bilhões para viabilizar a compra do produto da AstraZeneca/Oxford, além da produção da droga no Brasil, que exigiu adequações em laboratórios da Fiocruz. Já o custo para entrar no Covax Facility foi de R\$ 2,5 bilhões.

Segundo uma autoridade de saúde que acompanha discussões do consórcio, e afirmou em caráter reservado, um edital deve ser lançado em breve para que empresas informem quantas doses conseguem produzir e em qual período. A ideia é que o portfólio fique à disposição dos países que integram o grupo e permita o acesso às vacinas mesmo a países mais pobres.

Além dos compromissos com os governos, a Pfizer e a BioNTech expressaram interesse pelo possível fornecimento da vacina ao Covax Facility, consórcio global de imunizantes da Organização Mundial da Saúde (OMS) que pretende garantir acesso rápido, justo e igualitário às vacinas quando estiverem prontas. A aliança visa fornecer aos governos acesso antecipado a um grande portfólio de vacinas candidatas, usando uma variedade de plataformas de tecnologia, produzidas por vários fabricantes em todo o mundo.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 09/11/2020

GOVERNO BOLSONARO AVALIA QUE CHINA MIRA ÁGUAS DO BRASIL

Análise é exposta em documentos do Conselho Nacional da Amazônia, comandado pelo vice Hamilton Mourão; existe plano de criar marco regulatório para controlar ONGs

Por Mateus Vargas, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Documentos oficiais do governo começam a incluir a China entre as potências internacionais com interesse na Amazônia. Material do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL) obtido pelo Estadão registra a preocupação com um interesse do país asiático pelos recursos naturais estratégicos, especialmente a água. O órgão comandado pelo vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) destaca que as potencialidades brasileiras já estão na mira de potências como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos.

“A entrada da China no seleto grupo de grandes potências econômicas hegemônicas do mundo, contextualiza uma nova realidade global, na qual regiões ricas em recursos naturais estratégicos passam a ser o alvo das políticas externas do Governo chinês”, ressalta uma apresentação feita na última terça-feira, 3, aos integrantes do Conselho.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/9/5/1599187282659.jpg>

Mourão é presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal Foto: Adriano Machado/Reuters

O documento ressalta que, na crise global da água, a situação já é crítica na República Popular da China, na Índia, no México e na região do Chifre da África – que abrange Somália, Etiópia, Eritreia e Djibouti. Nesses países, segundo o governo, os lençóis freáticos registram queda de um metro por ano, acima da taxa natural de reposição, o que aponta grave crise em 20 a 25 anos.

Apresentado por um subordinado de Mourão na reunião, o documento destaca um possível apoio de “entidades ambientalistas” aos governos europeus, além de “interesses menos republicanos entre nacionais”. “Será que vale a pena a troca de provocações nas Relações Internacionais?”, questiona o documento. A equipe de Mourão ainda lançou novo questionamento: “Qual seria a melhor estratégia para o Brasil?”. A resposta está registrada logo abaixo. “Assegurar sua soberania pela Coordenação e Integração de Políticas Públicas, por intermédio do CNAL”.



VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Conselho Nacional da Amazônia Legal

OFÍCIO Nº 214/2020/CNAL/SE/VP

Brasília, 3 de novembro de 2020.

Ao Senhor
PAULO ROBERTO NUNES GUEDES
Ministro de Estado
Ministério da Economia
Esplanada dos Ministérios, Bloco P
CEP 70048-900 Brasília-DF

Assunto: **Convocação dos especialistas dos ministérios integrantes do CNAL.**
Anexos: Cronograma (SEI 2201658)

Senhor Ministro

- Cumprimentando cordialmente, passo a tratar de reuniões presenciais com especialistas dos ministérios para a elaboração do Contrato de Objetivos relacionado ao Conselho Nacional da Amazônia Legal - CNAL.
- As reuniões abordarão as Ações Estratégicas Prioritárias, a saber:
 - Efetividade no Combate aos Ilícitos Ambientais e Fundiários;
 - Fortalecimento dos Órgãos de Combate aos Ilícitos Ambientais e Fundiários;
 - Fontes de Financiamento Nacional e Internacional, Público e Privado;
 - Ordenamento Territorial;
 - Monitoramento a Ilícitos Ambientais e Fundiários, e Apoio à Decisão;
 - Estímulo à Inovação e à Bioeconomia.
- Dessa forma, solicito que seja indicado um servidor especializado em cada Ação Estratégica, do próprio ministério (podendo ser acompanhado de especialistas pertencentes a órgãos subordinados), para participar das reuniões a serem realizadas no **Auditório do Anexo I da Presidência da República**, no período de 9 de novembro a 18 de dezembro do ano corrente, conforme o cronograma anexo.
- As atividades serão conduzidas pela Comissão Integradora do CNAL e terá a minha participação na abertura dos trabalhos de cada semana.

Atenciosamente,


ANTÔNIO HAMILTON MARTINS MOURÃO
Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal

<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/2/9/1604928831492.jpg>

Ofício assinado pelo vice-presidente Hamilton Mourão convoca servidores para discutir os objetivos do grupo, incluindo a meta relacionada às ONGs

Gestão quer limitar atuação de organizações que contrariem 'interesses nacionais'

Como o Estadão revelou nesta segunda-feira, o conselho traçou objetivos para a região da Amazônia. Entre eles, a criação de um “marco regulatório” para controlar as Organizações Não-Governamentais (ONGs) que atuam na região. Segundo documentos entregues a membros do conselho, a meta é impedir a atuação na floresta de ONGs que não atendam aos “interesses nacionais”.

Os objetivos do conselho dividem-se em três principais eixos (preservação, proteção e desenvolvimento sustentável). Cada tópico é subdividido em objetivos mais pontuais, que têm metas e ações programadas. Na última semana, Mourão pediu para diversos ministérios indicarem especialistas para debater estes objetivos junto ao conselho. Além de um ofício assinado

pelos demais, a Vice-Presidência encaminhou a apresentação feita aos membros do conselho e tabelas com as descrições dos objetivos do grupo. Duas fontes do governo que acompanham as discussões confirmaram o envio dos documentos.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/2/7/1604947924572.jpg>

3ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional da Amazônia Legal. Foto: Conselho Nacional da Amazônia Legal/Reprodução

Questionado nesta segunda-feira sobre o assunto, Mourão disse desconhecer a proposta sobre as ONGs, apesar de ele mesmo ter assinado o comunicado convocando servidores de outras pastas para discutir o tema.

Para Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, o governo se isola ao pautar ações por “teorias da conspiração”. “A China tem importância ao País, principalmente no mercado internacional”, disse.

As discussões do conselho sobre a Amazônia ocorrem no momento em que o Palácio do Planalto avalia se vai manter seu discurso ambiental com a vitória do democrata Joe Biden, nos Estados Unidos, e o País sofre desgaste no exterior por causa do desmatamento. Mourão promoveu viagem com diplomatas de dez países pela Amazônia na última semana. “Ainda mais com a

eleição de Biden (nos EUA), o mundo vai valorizar cada vez mais o multilateralismo. O acordo do Mercosul com a União Europeia mostra isso. A conspiração só vai isolar o Brasil", afirmou Astrini.

A Crise Global da Água

- **Situação já é crítica:**
 - República Popular da China
 - Índia
 - México
 - Chifre da África

Regiões nas quais os lençóis freáticos têm registrado queda de um metro por ano, acima da taxa natural de reposição, apontando uma grave crise num horizonte de 20 a 25 anos

- Outras localidades atingidas são:
 - Oriente Médio
 - Norte da África
- Em outras regiões, a população expandiu-se acima da capacidade de abastecimento, produzindo poluição e escassez:
 - Taiwan
 - Austrália
 - Áreas centrais do Meio-Oeste americano

O que desequilibra a relação entre oferta de água na natureza e a demanda mundial é o **aumento do consumo**.

- De toda a água doce disponível:
 - ✓ 70% dela é destinada à **agricultura**
 - ✓ 22% vai para a **indústria**
 - ✓ Apenas 8% é destinada ao **uso individual** (clubes, residências, hospitais, escritórios e outros).

Apresentação SP Comissão Nacional da Amazônia Legal (11057594) | SED 12100.100574.0020-01 | pg. 8

<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/4/7/1604947924574.jpg>

O que desequilibra a relação entre oferta de água na natureza e a demanda mundial é o aumento do consumo. Foto: Conselho Nacional da Amazônia Legal/Reprodução

Nos planos do conselho da Amazônia há ainda meta de redução de 90% dos desmatamentos e queimadas na região até 2023, “como consequência da maior celeridade do fluxo de informações a antecipação das ameaças”. O conselho

demonstra também preocupação com a imagem da gestão Bolsonaro. Por isso, outra ideia é aumentar em 70%, até 2021, o número de notícias positivas divulgadas pelo governo sobre repressão a crimes na Amazônia.

Amazônia como Espaço Vital para o Mundo

A sobrevivência do poder hegemônico de países como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos depende do acesso à vasta fronteira internacional de **recursos naturais estratégicos**.

Espaços vitais de Recursos Estratégicos:

- Ásia Central e Bacia do Mar Cáspio
- Amazônia
- África

Grandiosidade Territorial
Reservas de Água Doce
Riqueza de Recursos Naturais
Exuberância de sua Biodiversidade

A entrada da China no seletivo grupo de grandes potências econômicas hegemônicas do mundo, contextualiza uma nova realidade global, na qual regiões ricas em **recursos naturais estratégicos** passam a ser o alvo das políticas externas do Governo chinês.

Apresentação SP Comissão Nacional da Amazônia Legal (11057594) | SED 12100.100574.0020-01 | pg. 7

<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/3/7/1604947924573.jpg>

Ásia Central e Bacia do Mar Cáspio, Amazônia e África são espaços vitais de recursos. Foto: Conselho Nacional da Amazônia Legal/Reprodução

Para Astrini, as metas de preservação ambiental são uma "maquiagem" que o governo mostra a investidores e diplomatas, com objetivo de recuperar recursos perdidos, como do Fundo

Amazônia. "Qualquer escrito que venha do governo em favor do meio ambiente, para mim, não passa de enrolação. A prática é antiambiental", diz ele.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 09/11/2020

COM GOVERNOS À MÍNGUA, 'PPPS CAPIRAS' FINANCIAM REFORMAS DE ESTRADAS E PORTOS

Produtores rurais de Estados como Mato Grosso, Bahia e Paraná têm formado cooperativas para financiar projetos de infraestrutura, como alternativa à crise fiscal de Estados e municípios pós-covid

Por Douglas Gavras e Márcia De Chiara, O Estado de S.Paulo

O produtor Edoardo Del Missier espera com ansiedade a conclusão da pavimentação de uma estrada próxima à sua propriedade, em Luís Eduardo Magalhães, zona agrícola no oeste da Bahia. Integrante de uma associação rural que paga pela recuperação de vias públicas na região, ele conta que a chegada do asfalto vai valorizar a terra e reduzir os custos operacionais, especialmente com a manutenção de máquinas e veículos.

“Devo ter uma redução de 10% a 15% no custo do frete, após o asfaltamento. Tínhamos sempre veículos atolados, tombamentos e problemas mecânicos. Para percorrer 25 km até a minha propriedade, a partir da BR-020, a gente costumava levar uma hora em dias chuvosos. Agora, vamos demorar a metade do tempo”, comemora.

Com a arrecadação de Estados e municípios em baixa, por conta da pandemia do novo coronavírus, e o agronegócio sendo um dos poucos setores da economia que se saiu bem este ano, mesmo nos piores momentos da crise, grupos de produtores de diferentes cantos do País têm se reunido para administrar – eles próprios ou em associação com governos – obras de infraestrutura em suas regiões.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/9/9/1604876116399.jpg>

Produtores estimam redução de até 15% em custo com frete após asfaltamento de estrada no interior da Bahia Foto: Vespasiano Neves/Estadão

Para facilitar o escoamento de grãos e reduzir os custos de produção, as associações de produtores se organizam para custear do asfaltamento e recuperação de estradas à revitalização de um porto fluvial na fronteira com a Bolívia, por meio

de Parcerias Público-Privadas (PPPs), concessões ou doações para prefeituras da região. São as chamadas “PPPs caipiras”.

O apelido vem de um projeto que surgiu em Mato Grosso há quase duas décadas, em que o governo do Estado e os agricultores se uniam para a pavimentação e conservação de estradas da região. Após um hiato de dez anos, o projeto voltou no ano passado, com o lançamento de um programa de PPPs sociais.

Agricultor da região de Sorriso (MT), o gaúcho Sadi Bedelli conta que os produtores levam os projetos de recuperação das vias até o governo e arcam com 20% dos custos.

O restante vem do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), que incide sobre a comercialização de commodities, como soja e milho. “As estradas continuam sendo públicas, mas trechos de maior movimento podem ser eventualmente pedagiados.”

Segundo o Estado, são 22 mil quilômetros de estradas não pavimentadas, além de 2,4 mil pontes de madeira em rodovias estaduais. “O governo continua investindo em obras, mas economiza recursos que podem ser destinados a regiões e municípios que ainda sofrem com a falta de logística.”

Na fronteira agrícola do Matopiba (acrônimo formado com as iniciais dos Estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), os produtores de Luís Eduardo Magalhães recuperaram até outubro trechos de 17 estradas rurais, totalizando 914 quilômetros. A previsão é de investimentos de R\$ 180 milhões em três anos, com as obras em parceria com o poder público.

Caminhoneiros que trabalham na região também comemoram a melhoria das estradas vicinais. “Na época da chuva não tem jeito, mas aqui na região o próprio fazendeiro cuida da estrada, não espera pelo município”, afirma Erenito José Teixeira, motorista há 41 anos.

Pandemia forçou a busca por alternativa

O tranco na economia causado pela covid-19 jogou luz sobre uma preocupação antiga dos produtores rurais: como resolver a necessidade de reduzir custos de transporte do agronegócio, em um contexto de orçamentos cada vez mais enxutos. Para Sandro Cabral, especialista do Insuper em concessões e PPPs, as parcerias caipiras podem ser a saída.

“Às vezes, algumas estradas não têm interesse comercial para serem privatizadas para uma grande operadora, mas é do interesse dos produtores que elas tenham o mínimo de condição de uso. No oeste da Bahia, por exemplo, está sendo feita a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), mas é preciso ter boas estradas para a soja chegar lá.”

De acordo com o pesquisador, as iniciativas de projetos de infraestrutura por parte dos produtores ainda é difícil de ser dimensionada, mas tende a aumentar por todo o País, na medida em que os recursos públicos disponíveis não acompanham a necessidade de escoar a produção agrícola. Ainda assim, alguns economistas também ponderam que iniciativas do gênero resolvem só problemas específicos e, por ora, não têm escala.

Os produtores de Mato Grosso, por exemplo, inspiraram uma associação rural em Toledo, no oeste do Paraná, a fazer o mesmo. Lá, o município custeia 70% das obras nas estradas e eles doam os 30% restantes, conta o presidente do sindicato rural da cidade, Nelson Paludo. “Hoje, são os produtores de outras cidades do sul que nos procuram para ver o que fizemos.”

O secretário de Agricultura do município, Lídio Michels, lembra que 380 km foram pavimentados nos últimos 15 anos e que a queda da arrecadação por conta da covid-19 fez a parceria ganhar importância. “O município até poderia fazer sozinho, mas conseguiria asfaltar muito menos.”

Porto em MT deve acelerar exportações

Em Cáceres, município de Mato Grosso que é dono do maior rebanho bovino do Estado, a Associação dos Produtores do Rio Paraguai obteve a concessão do Estado para reformar o porto fluvial da cidade e administrá-lo. Os produtores investiram R\$ 1,5 milhão no local, que estava cedido à Companhia Mato-grossense de Mineração (Metamat), mas parado há dez anos.

Francis Maris Cruz (PSDB), prefeito do município, conta que a prefeitura tinha recursos e interesse de entrar na concessão do porto. “Chegamos a fazer um convênio para passar o porto para o município, mas desavenças políticas nos deixaram de fora do projeto”, diz.

Apesar disso, o prefeito diz que o seu interesse é que o porto funcione e traga benefícios para a economia local. Cruz explica que cidades da porção do meio-norte do Estado, a 400 km de distância de Cáceres, poderão viabilizar a exportação de produtos agropecuários pelo porto. “Serão US\$ 100 a menos por carreta transportada, dinheiro que o produtor poderá reinvestir na atividade.”

De Cáceres até o Uruguai, são 2.400 quilômetros navegáveis. Por terra, o trajeto é mais longo e mais caro. Quando o porto começar a operar, o que é esperado no início de 2021, deve movimentar a cidade, gerando empregos, arrecadação de impostos e impulsionando o comércio e o setor de serviços. / COLABOROU HELOÍSE STEFFENS, ESPECIAL PARA O ESTADO

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 09/11/2020



O DIA - ONLINE

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, DESAFIO DE PREFEITOS

Transporte, manutenção de vias públicas, iluminação, são alguns dos itens que cabem às prefeituras. Estado 'desengaveta' projeto de 26 anos e São João da Barra será contemplado

POR MARTHA IMENES



https://odia.ig.com.br/midias/jpg/2020/10/30/1200x750/1_dsc_0304_l-20384207.jpg

**Vista aérea do Porto do Açú, no Norte Fluminense
Divulgação**

Projetos de desenvolvimento e prefeituras parecem assuntos distintos, não é? Até parecem, mas não são. São as prefeituras que criam condições de trafegabilidade viária, calçamento, estrutura de transportes, iluminação, conservação e por aí vai... E no que depender do governo do estado, os novos prefeitos uma ajuda de peso: o Rio de Janeiro pode se tornar o maior polo

exportador do Brasil e da América Latina. O projeto ambicioso encontra respaldo nas condições de portos do estado e no "desengavetamento" de uma autorização para a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), datada 1994.

A primeira região a ser contemplada com um edital de licitação de ZPE é o Distrito Industrial de São João da Barra, onde está o Porto do Açú, no Norte Fluminense. A expectativa da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin), que lançou o edital na quinta-feira (29), é de que pelo menos dois mil empregos sejam gerados com a atração de empresas para atuar na ZPE, que hoje gera cinco mil empregos.

E a expansão não para por aí. Em conversa com o jornal O DIA, o presidente da Codin, Fábio Galvão, contou que acredita no sucesso desse empreendimento e avalia que ele pode abrir caminho para que sejam autorizadas duas outras zonas de processamento no estado. "Itaguaí e Macaé têm portos em desenvolvimento e plenas condições de abrigar uma ZPE", afirmou Fábio Galvão.

A iniciativa em São João da Barra cria a segunda ZPE do país, a primeira totalmente gerida por uma empresa privada, que pode - inclusive - ser estrangeira, contanto que seja consorciada com uma empresa brasileira, e deve gerar investimentos iniciais de R\$ 50 milhões, sendo R\$ 10 milhões na compra de um terreno da Codin, e R\$ 40 milhões em investimento em infraestrutura. A outorga para atuar na região é de R\$ 26 milhões. O total a ser investido são R\$ 76 milhões. A primeira ZPE fica no Porto de Pecém, no Ceará.

Projeto foi criado e gerido pela Codin

O projeto foi criado e desenvolvido pela Codin a partir de estudos econômicos baseados em dados públicos da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) sobre operações urbanas, além das receitas da ZPE do Ceará, a primeira do Brasil.

"A modelagem feita pelo Estado do Rio de Janeiro será referência para o resto do país. Na única operação existente, o lucro líquido anual é de R\$ 26 milhões. Como o nosso edital é de 20 anos, definimos a nossa outorga em 5% de R\$ 520 milhões. E como acreditamos no sucesso da ZPE, estabelecemos também um valor anual de 5% do lucro líquido para o estado", afirma Fábio Galvão, da Codin.

Para participar da licitação, as empresas precisam comprovar capacidade financeira para cobrir os custos do projeto, além do depósito de garantias contratuais.

As empresas interessadas já podem acessar o edital com todas as informações sobre o processo pelo portal da Codin que é o www.codin.rj.gov.br.

O que são as ZPEs?

Mas afinal, o que são Zonas de Processamento de Exportações? O DIA explica: são áreas de livre comércio com o exterior destinadas à instalação de empresas com produção voltada à exportação, como móveis, roupas, calçados, por exemplo.

As empresas que se instalam nessas zonas de processamento têm acesso a tratamentos tributários, cambiais e administrativos específicos definidos pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE). Isenção de tributos nos âmbitos federal, estadual e municipal são alguns dos benefícios.

É importante destacar que no local, está sendo desenvolvido o projeto de usinas termelétricas a Gás Natural Açú (GNA), joint venture formada pela Prumo Logística, BP e Siemens com potencial para gerar 1,3 gigawatt. Ou seja, o Distrito Industrial de São João da Barra tem muito potencial para alavancar a economia da região.

Fonte: O Dia - RJ

Data : 02/11/2020

MA10 NOTÍCIAS - MA

APÓS VAZAMENTO, MAIS DE 17 TONELADAS DE ÓLEO DIESEL FORAM RECOLHIDAS DO PORTO DO ITAQUI

Por Redação - 06/11/2020



<https://www.ma10.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Itaqui-1024x560.jpg>

Após vazamento, mais de 17 toneladas de óleo diesel foram recolhidas do Porto do Itaqui

A empresa privada Ultracargo responsável pelos terminais onde ocorreu o vazamento de mais de 17 toneladas de óleo diesel no Porto do Itaqui, informou por meio de nota, que o material já foi totalmente recolhido, e as manchas que restaram no mar são superficiais.

O vazamento ocorreu na última quarta-feira (04), em um dos dutos subterrâneos de transporte de carga que fica entre os berços 105 e 106. A tubulação onde ocorreu o vazamento de óleo faz o transporte de materiais dos navios diretamente para o porto. Duas embarcações dos Estados Unidos estavam atracadas na hora do incidente.

Ainda segundo a empresa, assim que soube do vazamento, implementou ações apropriadas, como instalação de barreiras de contenção, mantas absorventes, monitoramento por lanchas e recolhimento do produto com o uso de caminhões sugadores e afirmou também que o monitoramento e demais ações preventivas continuam em andamento.

A Ultracargo está averiguando as causas do vazamento e afirma que lamenta o ocorrido.

Confira a nota da empresa na íntegra:

A Ultracargo informa que pelos cálculos apurados pela empresa, o volume de diesel vazado no mar na quarta-feira, dia 04 de novembro, foi de aproximadamente 20 m³, cuja coleta já foi realizada. O monitoramento e demais ações preventivas continuam em andamento.

A empresa ressalta ainda que no momento do vazamento implementou ações mitigadoras apropriadas, como instalação de barreiras de contenção, mantas absorventes, monitoramento por lanchas e recolhimento do produto com o uso de caminhões sugadores.

A companhia informa que está averiguando todas as causas do vazamento. A Ultracargo lamenta o ocorrido e reforça que cumpre protocolos rígidos de segurança e investe constantemente em iniciativas de mitigação de riscos em suas operações. A empresa possui em todos os terminais de armazenagem de combustíveis um sistema de proteção e combate a incêndios que supera as exigências legais e normativas vigentes no país.

A empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) afirmou também por meio de nota que o plano de contingência do porto foi acionado assim que verificado o vazamento e que a empresa privada responsável pela operação de contenção e limpeza agiu de imediato para controlar a ocorrência.

A empresa afirma também que em sua qualidade de autoridade portuária foi ela quem comunicou os órgãos ambientais, e atuou desde o primeiro momento no monitoramento da contenção, com o objetivo de minimizar possíveis impactos e que as operações do Porto do Itaqui seguem dentro da normalidade.

Fonte: MA10 – Notícias - MA

Data : 09/11/2020

VALOR ECONÔMICO (SP)

PETROBRAS CONCLUI VENDA DE PARTICIPAÇÃO NO CAMPO DE BAÚNA PARA A KAROON E RECEBE US\$ 150 MILHÕES

Em julho de 2019, a Petrobras recebeu US\$ 49,9 milhões referentes à primeira parcela da operação e, hoje, embolsará a quantia de US\$ 150 milhões; o contrato de venda foi fechado no valor total de US\$ 665 milhões

Por Erica Martin, Valor — São Paulo

A Petrobras finalizou, nesta sexta-feira (6), a operação da venda de sua participação no campo de Baúna, localizado em águas rasas na Bacia de Santos, para a empresa australiana Karoon Petróleo & Gás, subsidiária da Karoon Energy.

O contrato de venda foi fechado em 2019, no valor de US\$ 665 milhões. Em 24 de julho do ano passado, a Petrobras recebeu US\$ 49,9 milhões referentes à primeira parcela e, hoje, embolsará a quantia de US\$ 150 milhões.

Além disso, US\$ 180,1 milhões serão transferidos para a companhia brasileira em até 18 meses, prazo que passa a valer a partir desta sexta. Adicionalmente, as empresas acordaram uma parcela para o pagamento da quantia restante, que será recebida pela Petrobras até o ano 2026, no valor de US\$ 285 milhões.

“Essa operação está alinhada à estratégia de otimização de portfólio e à melhoria de alocação do capital da companhia, passando a concentrar cada vez mais os seus recursos em ativos de classe mundial em águas profundas e ultra-profundas, onde a Petrobras tem demonstrado grande diferencial competitivo ao longo dos anos”, afirmou a empresa, em comunicado.

Com essa transação, a Karoon será a operadora da concessão com 100% de participação.

O campo de Baúna, localizado na Bacia de Santos, no litoral do Estado de São Paulo, iniciou sua operação em fevereiro de 2013. A produção média do campo de janeiro a setembro de 2020 foi de aproximadamente 16 mil barris de óleo por dia e 104 mil m³ por dia de gás

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 09/11/2020

ESTUDOS PARA DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE ITAJAÍ SERÃO APRESENTADOS NESTA TERÇA

Expectativa é que o leilão ocorra no segundo semestre de 2022

Por Lu Aiko Otta, Valor — Brasília

Os estudos que darão base à desestatização do porto de Itajaí (SC) serão apresentados amanhã (10) pelo Ministério da Infraestrutura. O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) participará, informou nesta segunda-feira o Ministério da Economia.

Trata-se do segundo maior porto brasileiro na movimentação de contêineres. A expectativa é que o leilão ocorra no segundo semestre de 2022.

Mesmo com a covid-19, o porto registrou crescimento de 12% na movimentação de cargas de janeiro a setembro deste ano, na comparação com 2019. No período, passaram por ali 1,011 milhão de TEUs (unidade equivalente de transporte, na sigla em inglês, correspondente a um contêiner de 20 pés).



[https://s2.glbimg.com/vPotpAlhqHL16Y-l6OqURQLLv8A=/0x0:1024x687/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/a/O/of40xkSl6TBT5V5XQ2XA/porto-de-itajai.jpg](https://s2.glbimg.com/vPotpAlhqHL16Y-l6OqURQLLv8A=/0x0:1024x687/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/a/O/of40xkSl6TBT5V5XQ2XA/porto-de-itajai.jpg)

Movimentação de contêineres no porto de Itajaí — Foto: Divulgação

Os estudos para a desestatização estão sendo elaborados pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL) desde o primeiro semestre de 2020. Segundo o Ministério da Economia, a estatal terá apoio do escritório Demarest Advogados, da Exe Engenharia e da Mind Estudos e Projetos de Engenharia para a elaboração de relatório de transações e avaliação do negócio, due diligence jurídica, avaliação técnico-operacional, avaliação de recursos humanos, gestão e governança atuarial e previdenciária e avaliação ambiental.

O porto de Itajaí foi inscrito no PPI em junho deste ano. Também integram a carteira do programa, para desestatização, os portos de Santos (SP) e São Sebastião (SP), além da Companhia Docas do Espírito Santo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 09/11/2020

ELEIÇÃO DE BIDEN ABRE CAMINHO PARA OPÇÃO DE CENTRO NO BRASIL EM 2022, DIZ PASSOS

Empresário vê oportunidade de contraponto a atual tendência de polarização

Por Gabriel Vasconcelos, Valor — Rio

O sócio-fundador da Natura e presidente da ONG SOS Mata Atlântica, Pedro Passos, afirmou na Live do Valor desta segunda-feira que a eleição de Joe Biden nos Estados Unidos abre espaço, no Brasil e no mundo, para candidaturas de centro que busquem os diversos espectros políticos a fim de contrapor a atual tendência de polarização.

Além de concertação política, Passos falou sobre a necessidade de o atual governo ou o próximo olharem para novos caminhos de desenvolvimento econômico, como os derivados da pauta ambiental, e esquecer ideias do passado, como a mineração em áreas de floresta e indústria automotiva em sua configuração atual.

Passos afirmou que a eleição do democrata Joe Biden nos EUA é uma afirmação de respeito à democracia e de que é possível eleger um governo que "vence falando em união".

"Vamos ter de buscar o que hoje representam [Joe] Biden e Kamala [Harris]. Uma candidatura de centro que tenta unir o país buscando a esquerda e a direita, que vai tentar conversar com os republicanos, mas também com a ala à esquerda do partido democrata, do Bernie Sanders. Esse é o papel de um grande articulador do país, o que precisamos para 2022. Caso contrário continuaremos nessa polarização que não vai dar certo", disse Passos.

Sobre crescimento econômico, o empresário definiu o desafio climático como "grande oportunidade para inovação e geração de novos tipos de emprego relacionados a energias alternativas e economia digital".



[https://s2.glbimg.com/WdG4nrKlAxBJxuOw9uyLURW4UCU=/0x0:1366x768/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/e/u/l8K28ISPahOKSoBq44Bq/livepedropassos02.jpg](https://s2.glbimg.com/WdG4nrKlAxBJxuOw9uyLURW4UCU=/0x0:1366x768/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/e/u/l8K28ISPahOKSoBq44Bq/livepedropassos02.jpg)

— Foto: Reprodução

"Não vamos precisar do mesmo tipo de infraestrutura que temos hoje, vamos usar carros compartilhados. Eu não vejo o Brasil pensando nisso, mas sim na indústria do passado, na mineração na Amazônia, na indústria tradicional do aço, na proteção exacerbada de uma indústria automobilística velha. Somos um povo 70% pobre nos padrões mundiais. Estamos diante de uma nova oportunidade e corremos o risco, mais uma vez, de deixar o bonde passar."

Neste ponto da entrevista, o empresário reclamou do fato de o governo se movimentar, por exemplo, para monitorar as ações de ONGS na Amazônia, a fim de, eventualmente, limitar suas atividades. "As ONGS que eu conheço [na Amazônia] trazem recursos de fora para ajudar no desenvolvimento da região. [Monitorá-las] é uma mentalidade que não chegou no século 21, infelizmente", disse Passos

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 09/11/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ESCOAMENTO PRECISA DE MULTIMODALIDADE PARA PREÇOS ADEQUADOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 09/11/2020 - 19:58



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200625-porto-de-paranagua-granel-soja-porao.jpg>

Arquivo/Divulgação

Para representantes do agronegócio, atingir fretes mais competitivos depende de integração de diferentes modais para transportar cargas hoje movimentadas por caminhões em distâncias superiores a dois mil quilômetros.

O agronegócio, especialmente soja e milho, não é tão lucrativo quanto se imagina. A avaliação é do presidente do

Movimento Pró-Logística, Edeon Vaz Ferreira, que salientou que o escoamento desses produtos possui margens pequenas. A solução para atingir fretes mais competitivos, segundo ele, é integrar diferentes modais para transportar essas cargas, hoje movimentadas por caminhões em distâncias superiores a dois mil quilômetros.

"Temos que ter boas ferrovias, rodovias, hidrovias para que possamos somar esforços e escoar essa produção", disse Vaz, nesta segunda-feira (9), durante a abertura do evento Centro-Oeste Export. Vaz disse que existem exemplos de investimentos multimodais para transportar algodão, por exemplo. Ele acrescentou que o desafio é grande para poder minimizar custos desses fretes. "Só vamos conseguir se utilizarmos multimodalidade para transportar essa produção", frisou.

O Pró-Logística apurou redução de 24% no frete a partir do uso de ferrovia entre Sorriso (MT) e Santos (SP) entre 2009 e 2019. Para Vaz, a logística do Mato Grosso tem propiciado redução de custo, porém precisam avançar projetos como da Ferronorte chegando a Lucas do Rio Verde e que a Ferrogrão ligue Sinop à Miritituba (PA), além de explorar melhor as hidrovias dos rios Madeira, Tapajós e Tocantins para reduzir esses custos.

O diretor da Antaq, Francisval Mendes, disse que a região Centro-Oeste sofre mais impactos negativos relacionados à ineficiência de logística que Sul e Sudeste, na medida em que agrega custos aos preços finais de seus produtos. Ele destacou o forte incremento da capacidade, gerando eficiência nos últimos anos e desenvolvimento de portos do Arco Norte e estações de transbordo. Entre 2010 e 2018, o transporte de soja e milho via Arco Norte aumentou de participação de 20% para 44%. Mendes observa portos que necessitam, ou podem demandar nos próximos anos, investimentos para expansão de cais e armazenagem. Ele citou os portos de Santarém (PA), Vila do Conde (PA) e Itaqui (MA).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/11/2020

PORTOS DO PARANÁ CHEGAM PERTO DE NOVO RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 09/11/2020 - 19:52



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201109-porto-de-paranaqua-cais-granel.jpg>

Os portos do Paraná movimentaram em dez meses de 2020 o equivalente a 92% do total de todo o ano passado. Com isso, o Estado se prepara para ultrapassar o recorde histórico de 53 milhões de toneladas no ano, alcançado em 2019. Se repetir o bom desempenho dos últimos meses, a marca deve ser batida com folga.

De janeiro a outubro deste ano, os portos de Paranaguá e Antonina já operaram 48.982.453 toneladas de carga. “Faltam 4,2 milhões de toneladas para chegar ao número do ano passado e estamos muito otimistas”, diz o diretor presidente da empresa pública Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

“Em 2019, os dois últimos meses do ano responderam por, aproximadamente, 8,5 milhões de toneladas. Claro que existem questões climáticas, que podem impactar nas operações, mas a expectativa é ultrapassar este número em cerca de 8%”, avalia Garcia. “Apesar da pandemia, o ano foi de muito trabalho. As exportações de grãos e alimentos cresceram, com o câmbio favorável, e o tempo seco favoreceu os embarques”, conta.

ALTA – Em 2020, os portos paranaenses bateram mais de dez recordes de movimentação e a quantidade ficou acima de 5 milhões de toneladas em seis dos dez meses (março, abril, maio, julho, agosto e setembro). Em 2019, no mesmo período, o número só chegou nesse patamar em junho, julho e agosto.

Cerca de 65% da movimentação dos portos paranaenses, entre janeiro e outubro deste ano foram de produtos de exportação: 38,1 milhões de toneladas de cargas. O volume é 13% maior que o registrado no mesmo período em 2019 (28,2 milhões de toneladas). As importações somaram 17,1 milhões de toneladas. Cerca de 4% mais que no ano passado, com 16,4 milhões de toneladas.

Mais de 66% das exportações e importações foram de grânéis sólidos. Foram quase 32,5 milhões de toneladas de grãos, movimentadas entre de janeiro e outubro de 2020. No ano anterior, foram 29,6 milhões de toneladas (alta de 10%).

Nesse segmento, destaque para o aumento de 78% registrado no volume de açúcar embarcado. São 3,67 milhões de toneladas exportadas, ante 2 milhões em 2019. Somente no último mês, foram 566.617 toneladas, mais que o dobro do que o registrado em outubro do ano passado.

A soja segue como o produto mais movimentado nos portos paranaenses. No acumulado do ano, 14 milhões de toneladas de soja em granel foram exportadas. Quase 50% mais que as 9,6 milhões de toneladas registradas no ano passado. Além do produto em grão, o óleo de soja também foi destaque. Foram 767 mil toneladas exportadas, 20% a mais que as 638 mil de 2019.

Somando todos os grânéis líquidos foram 6,3 milhões de toneladas exportadas e importadas. Além de óleo vegetal, crescimento na exportação de derivados de petróleo, com 579,7 mil toneladas (48% mais que no ano passado).

Entre as mercadorias compradas do exterior pelos brasileiros, destaque para o volume de fertilizantes desembarcados. De janeiro a outubro foram 8,15 milhões de toneladas foram importadas (alta de 7%).

De carga geral, foram cerca de 10,2 milhões de toneladas de cargas movimentadas até agora – 9% a mais que as 9,3 toneladas registradas no ano passado.

EMPRESAS ÓLEO E GÁS VEEM 'MARCO DAS STARTUPS' COMO OPORTUNIDADE DE DIRECIONAR RECURSOS À INOVAÇÃO

Por Dérika Virgulino OFFSHORE 09/11/2020 - 19:49



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200430-startup-inovacao-pessoas-2.jpg>

Grande parte das empresas já investe em projetos de incentivo às startups voltadas à criação de novas tecnologias para o setor.

As empresas de óleo e gás vêm percebendo aumento na demanda por novas tecnologias para o setor, que auxiliem no melhor desempenho e segurança para os ativos offshore. Diante disso, muitas companhias que atuam no Brasil desenvolvem projetos de fomento a startups de olho na inovação tecnológica. Com o marco regulatório das startups, entregue pelo governo federal ao Congresso Nacional no último mês, as empresas do segmento veem como uma oportunidade de direcionar seus recursos para àqueles empreendimentos.

De acordo com o diretor responsável pela Ocyan Waves Challenge, programa da plataforma de inovação da Ocyan, Rodrigo Lemos, com o marco as empresas vão poder direcionar verbas que antes eram obrigatórias para projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) a Fundos de Investimento em Participações (FIPs) que investem em startups. Ele explicou que as empresas do setor de energia e petróleo, por exemplo, são obrigadas a investir 1% do seu faturamento em P&D. Com a aprovação do projeto de lei, esse recurso poderá ir para startups. “A mudança é positiva, vai amadurecer o mercado”, frisou Lemos.

Ele destacou que as empresas tem procurado novas tecnologias que ajudem com soluções ou com uma melhor performance e segurança de ativos e do próprio negócio. Portanto, para ele é natural investir e incentivar este setor de inovação que vem crescendo cada vez mais. Ele disse ainda que muitas companhias já estão atuando com startups e fazendo a diferença no mercado.

O Ocyan Waves Challenge foi lançado em 2019. A ideia é que as startups ofereçam soluções para demandas específicas da empresa em diversas áreas do negócio. Desse modo, após passarem por um processo de seleção e realizarem um projeto piloto, as startups se tornam fornecedoras da companhia. Este ano, na segunda edição, o foco dos projetos foram os desafios operacionais já apresentaram com resultados importantes para a Ocyan.

Lemos informou que em 2019 foram 122 startups inscritas de diversas regiões do país. Destas, seis se tornaram fornecedoras da companhia. Entre os desafios oferecidos às startups estão: o controle de produtividade dos tubos de perfuração; aprimoramento da gestão do recebimento e expedição de materiais; inspeção de equipamentos; melhoria do controle operacional, entre outros.

“Todos os projetos, que foram implementados no início de 2020, já apresentam resultados positivos para a companhia, tanto em melhorias na operação e redução de custos quanto em impacto positivo em conformidade e reputação”, afirmou Lemos. Além disso, ele pontuou que a implementação dos projetos vem permitindo a criação de novas soluções que podem impactar o setor de óleo e gás, estimulando uma nova frente de fornecedores para o mercado focados em inovação.

A assessora sênior de parcerias e startups da Shell Brasil, Carolina Rio, afirmou que o marco regulatório que está sendo proposto diminui algumas barreiras de entrada às empresas nascentes. Além disso, ela destacou que sua definição é importante para que se alcance um ambiente de negócios que amplie oportunidades de investimentos e incentive a inovação. Isso

permite aos empreendedores focar na procura por clientes e parceiros, e concentrar-se nas soluções e tecnologia.

Para ela, embora o marco contribua para a segurança jurídica de investimentos empreendedores, para obter resultados mais promissores em cenário de grandes mudanças, como o atual, ela acredita que seja necessário todo um ecossistema de inovação trabalhando em conjunto. “Acreditamos que iniciativas de incentivo à parceria com startups são relevantes e ganharão cada vez mais espaço, já que permitem trocas positivas de conhecimento e tecnologia competitivas e contribuem para o desenvolvimento de fornecedores”, frisou Carolina.

A Shell tem um programa de investimento em empresas em estágio inicial para desenvolver tecnologias promissoras, que podem impactar o setor de petróleo, gás e energia. A empresa mantém um site disponível para envio das propostas, mas também existem alguns editais específicos como é o caso do Desafio StartUp, lançado em 2018, e também parceria com outros editais e iniciativas como o Edital Senai de Inovação.

Ela disse que os resultados dos programas e iniciativas em conjunto com as startups têm sido positivos. Isto porque, segundo ela, esses empreendimentos podem desenvolver e aprimorar as tecnologias com base em problemas reais, contado com o apoio de técnicos e pesquisadores da Shell. “Trata-se de uma parceria de ganha-ganha, uma vez que permite que as grandes empresas também aprendam, e tenham acesso a tecnologias promissoras”, disse.

A Petrobras também possui programas de incentivo às startups. Em 2018, iniciou o Programa Petrobras Conexões para Inovação, uma iniciativa para estabelecer e ampliar o relacionamento com startups com o intuito de cobrir todo o ciclo de inovação, desde a pesquisa até a geração de novos negócios. A ideia, de acordo com a estatal, é acelerar o processo de inovação tecnológica, tendo em vista a dinâmica mais ágil que ocorre nos ecossistemas de startups.

Existe também uma parceria com o Sebrae para montar um ecossistema que permita a conexão com parceiros estratégicos e startups externas. A Petrobras vem implantando modelos de hackaton e open innovation e o centro de pesquisas Cenpes. Tem ainda, desde o fim do ano passado, um corporate lab, um local de coworking para receber as startups.

Segundo informou a empresa, as startups contarão com a assessoria da Petrobras e do Sebrae para que suas soluções tenham os benefícios comprovados e modelos de negócios que garantam a geração de valor no curto prazo e inserção competitiva no mercado. Para os projetos finalizados, a Petrobras vai viabilizar a continuidade do seu desenvolvimento, com a implantação de testes em campo de um lote piloto. O projeto será aplicado no desenvolvimento de soluções tecnológicas para a companhia, nas áreas de robótica, eficiência energética, corrosão, tecnologias digitais, redução de carbono, modelagem geológica e tecnologias de inspeção.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/11/2020

ANÁLISE DE PREÇOS DA PRATICAGEM BASEADA EM CÂMBIO FICA PREJUDICADA, AVALIA CONAPRA

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 09/11/2020 - 19:35



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/191030-praticagem.jpg>

Arquivo/Divulgação

Segmento defende que eventual subordinação dos requisitos de segurança aos aspectos econômicos não contribuiria para a obtenção de melhores índices de movimentos sem acidentes.

O segmento de praticagem defendeu que não se deve comparar preços praticados pela atividade baseados no câmbio. A avaliação da categoria é

que a flutuação dificulta qualquer análise de preços do serviço. O secretário-executivo da Conselho Nacional de Praticagem (Conapra), Arionor Souza, lembrou que, em 2007, a moeda norte-americana estava cotada a R\$ 1,65, enquanto, na última semana, o dólar estava na faixa de R\$ 5,70. Souza disse que existem setores que defendem liberdade de preço nas negociações, porém cobram mais regulação sobre a praticagem.

Segundo a praticagem, a subordinação dos requisitos de segurança aos aspectos econômicos não contribuiria para a obtenção de melhores índices de segurança. Souza destacou que os índices de acerto nos serviços prestados pela praticagem brasileira superam os 99%, num universo que supera as 80 mil manobras anuais. Souza ressaltou que a Marinha do Brasil tem sido responsável pela regulação de preços da praticagem há mais de 210 anos. "Vamos discutir, mas vamos comentar com quem está envolvido na faina", afirmou Souza durante o evento Centro-Oeste Export nesta segunda-feira (9).

O secretário-executivo do Conapra salientou que os contratos de prestação de serviço são negociados com os armadores, apesar da instabilidade jurídica existente. Ele comparou que navios afretados por empresas brasileiras de navegação (EBNs) receberam, nos últimos anos, descontos que continuam a ser aplicados até hoje. Ele estima que os preços da praticagem representam um percentual pequeno se considerados os custos dos fretes rodoviário e marítimo, ficando inferiores a R\$ 0,60 por tonelada para entrada, atracação, desatracação e saída.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/11/2020

IMPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO DA CHINA CAEM EM OUTUBRO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 09/11/2020 - 13:00

As importações de minério de ferro da China caíram 1,7% em outubro em relação ao mês anterior, mas ainda pairaram bem acima de 100 milhões de toneladas, segundo dados oficiais da alfândega, impulsionada pela demanda firme nas usinas chinesas e embarques das principais mineradoras.

O maior consumidor mundial de minério de ferro importou 106,74 milhões de toneladas do ingrediente siderúrgico em outubro, 14,9% a mais do que em outubro de 2019, mas ainda abaixo das 108,55 milhões de toneladas movimentadas em setembro, segundo dados da Administração Geral das Alfândegas.

Nos primeiros dez meses de 2020, as importações de minério de ferro chegaram a 975,2 milhões de toneladas, um aumento de 11,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As importações de minério de ferro de outubro foram apoiadas pelo aumento das chegadas do Brasil e da África do Sul. De acordo com dados de rastreamento de navios da Refinitiv, as chegadas dos dois países no mês passado aumentaram 7% e 15,7%, respectivamente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/11/2020

CARGILL QUER LEVAR ENERGIA EÓLICA AOS NAVIOS

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 09/11/2020 - 13:00

A Cargill e a BAR Technologies desenvolvem um projeto estratégico com o arquiteto naval Deltamarin para levar a tecnologia de propulsão eólica de ponta ao transporte comercial. O projeto é baseado no conceito WindWings da BAR Technology - velas grandes e sólidas que medem até 45 metros de altura - instaladas no convés de navios para aproveitar a força do vento e reduzir as emissões de CO2 em até 30%. O número de velas pode ser ajustado ao tamanho da embarcação e à sua rota.

A indústria marítima enfrenta um grande desafio para reduzir as emissões médias de CO2 em 40% até 2030 e trabalhar para chegar 70% até 2050, em comparação com os níveis de 2008. A Cargill é um dos grandes participantes do setor, fretando uma frota de mais de 600 navios.

O projeto está atualmente em fase de desenho, reunindo uma equipe de empresas para entregar as primeiras embarcações até 2022. A equipe compartilhará riscos e conhecimentos, com o objetivo de municiar navios de graneis sólidos.

Martin Whitmarsh, presidente da BAR Technologies, disse: "O endosso da Cargill à nossa tecnologia é um passo muito significativo na vanguarda da indústria. Juntos, estamos colocando nossas palavras em ação, marcando este projeto como o primeiro de seu tipo. Estamos entusiasmados com a parceria com a Cargill para dar vida a essa tecnologia inovadora e esperamos explorar mais oportunidades de eficiência juntos no futuro. "

A Cargill fez parceria com vários líderes da indústria e organizações para impulsionar o progresso da descarbonização, incluindo o Fórum Marítimo Global e sua Coalizão Getting To Zero, a Sea Cargo Charter , uma iniciativa recente para cortar e rastrear as emissões de navios fretados para reduzir as emissões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/11/2020

MINFRA PROTOCOLA NO TCU PROJETOS DE CONCESSÃO DE DOIS TERMINAIS PORTUÁRIOS DE SANTOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 09/11/2020 - 13:00

Leilão dos terminais STS08 e STS08A será o maior já realizado no país nos últimos 15 anos

O Ministério da Infraestrutura (Minfra) protocolou, na sexta-feira (6), no Tribunal de Contas da União (TCU), os estudos relativos aos projetos de arrendamento das áreas STS08 e STS08A, no Porto de Santos, em São Paulo. O arrendamento das duas áreas, voltadas ao armazenamento de graneis líquidos, somam investimentos de cerca de R\$ 1,06 bilhão. Esta será a maior licitação portuária realizada nos últimos 15 anos. O vencedor administrará os terminais pelo período de 25 anos.

A aprovação pelo TCU é a última etapa antes da publicação do edital de concessão, que pode ocorrer já no 1º trimestre de 2021, com realização do leilão no 2º trimestre. O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, reforça o otimismo em relação à disputa. "A licitação dessa área será um grande marco, pois se trata do maior leilão da história do setor portuário em termos de investimentos. Os ativos tem atratividade para o investidor, que vem demonstrando grande interesse nas áreas", explica. "Nossa preocupação é garantir a ampliação da infraestrutura de logística para assegurar o aumento da capacidade de operação", completa.

A capacidade para movimentação de graneis líquidos no Porto de Santos é deficitária e admite ampliação para atendimento ao crescimento da demanda. No projeto, estão previstos modernização, aumento de capacidade dos terminais e construção de um novo píer com dois berços de atracação.

Atualmente, a área é operada pela Transpetro, responsável por parte do escoamento da produção das refinarias paulistas, assim como pela distribuição de parte do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) da região Sudeste.

Os dois terminais possuem área total de 443 mil m², sendo 137,3 mil m² pertencentes ao STS08 e 305,6 mil m² pertencentes ao STS08A. Essas áreas atuam como reguladores do estoque da produção de derivados da Petrobras, realizando atividades como: transferência e recebimento de produtos de embarcações, abastecimento de bunker nas embarcações atracadas no Complexo, embarque dos produtos das refinarias e envio de GLP para as empresas distribuidoras localizadas na Região Sudeste e Centro Oeste.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/11/2020

ITAQUI PREVÊ FECHAR 2020 COM CRESCIMENTO NA MOVIMENTAÇÃO COM DESTAQUE PARA GRÃOS

Por Dérika Virgulino PORTOS E LOGÍSTICA 08/11/2020 - 18:00



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/170120-porto-do-itaqui-1.jpg>

Arquivo

O destaque este ano está sendo para a soja, fertilizantes e celulose. Todos esses com movimentações que já superam o ano passado.

Apesar da pandemia do novo coronavírus o Porto de Itaqui (MA) vem apresentando importantes resultados de movimentação de produtos. De acordo com a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), a expectativa é

que o ano se encerre com a manutenção dos resultados positivos que o porto teve ao longo de 2020. O destaque deve continuar sendo para a movimentação, especialmente o volume de soja.

O porto deve apresentar alta neste quarto trimestre na exportação de celulose e na importação de fertilizantes e trigo. No entanto, deverá ter redução de volume de estoque de combustíveis e importação de etanol. A EMAP afirmou que a soja vem sendo o principal destaque do porto com 8,4 milhões de toneladas movimentadas até outubro. O crescimento foi de 13% sobre o mesmo período de 2019.

Houve crescimento também no volume de fertilizantes, com 2,1 milhões de toneladas movimentadas de janeiro a outubro, um aumento de 17% frente o ano anterior. No caso da celulose foram mais de um milhão de toneladas exportadas e um crescimento na ordem dos 29%.

A empresa informou que existe a previsão de novos investimentos para 2021, por meio do Plano de Investimentos já em curso. Entre recursos públicos e privados, o valor total dos investimentos é de R\$ 1,4 milhão para infraestrutura portuária, que abrange projetos entregues e obras que estão em andamento. O destaque para os investimentos privados, segundo a EMAP é a segunda fase do Tegram entregue este ano.

Além disso, existem outras obras em andamento com recursos privados como: a expansão do terminal de fertilizantes, dois terminais de grãos líquidos e um de celulose. Todos devem ser concluídos em 2021. Quatro novos terminais de combustíveis também devem ser leiloados próximo ano.

Já com recursos próprios, a EMAP vem fazendo obras de recuperação dos berços, a pavimentação das vias internas e de acesso ao porto, vem instalando o novo sistema elétrico e está construindo uma base de resposta a emergência no Terminal da Ponta da Espera.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/11/2020